

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DÉBORA GIOVANAZ

**A ATIVIDADE SEGURADORA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O
CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS**

**CAXIAS DO SUL
2020**

DÉBORA GIOVANAZ

**A ATIVIDADE SEGURADORA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O
CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS**

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção de Grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul.

Sob orientação da Prof^a. Ma. Adriane Maria Silocchi.

Aprovado em ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Adriane Maria Silocchi.
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof^a. Ma. Jaqueline Maria Corá
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Ma. Romário de Souza Gollo
Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

O esforço aplicado por anos de estudos conclui-se aqui, com este trabalho e a conquista de finalizar um curso de graduação. Não é só o término de longos anos de dedicação e estudo que farão com que o diploma ou o título de bacharel sejam os únicos consagrados nessa conquista, mas também por todas aquelas pessoas que fizeram parte desta caminhada e merecessem meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pela oportunidade de poder viver, proporcionar um caminho desafiador, e permitir que eu conquistasse meus objetivos de vida, e por ser contemplada com a evolução pessoal conquistada.

Minha família, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos de alegrias e tristezas que ocorreram durante essa jornada. Eles sempre me deram muito amor, carinho, espaço quando necessário, souberam ouvir e opinar nas decisões. E sempre me apoiaram em todas as etapas, vibrando comigo as conquistas.

Ao Gustavo, meu namorado, que sempre esteve junto de mim, nas horas boas e ruins, que soube me dar apoio e coragem para seguir em frente, e espaço quando necessário. Mas acima de tudo, sempre me amou e alegrou meus dias.

Agradeço a todo o corpo docente da UCS que foi fundamental em toda a minha trajetória acadêmica, que com seus ensinamentos e experiências proporcionaram um ambiente acolhedor, de risadas e muito aprendizado. Em especial a profe Adri Silocchi, que com muita paciência e dedicação acompanhou a elaboração desta monografia desde o início, dando apoio, amenizando os medos, e com muito carinho me ajudou a atingir o objetivo.

Aos meus colegas de curso e amizades criadas, agradeço as risadas, os trabalhos realizados, os anseios e medos compartilhados. Vocês foram fundamentais nessa conquista!

Por fim, quero agradecer a todos que de uma forma ou outra contribuíram para eu conquistar essa jornada, com seu apoio, sugestões, críticas e boas conversas.

RESUMO

A atividade de seguros no país mostra-se cada vez mais presente na vida das pessoas e empresas, por sua constante busca por proteção e continuidade dos negócios, esse setor, que além de atender um mercado extenso e dinâmico, apresenta potencial de crescimento na participação da economia do país. Considerando a atuação deste mercado na economia, em razão da atividade seguradora mostrar interferência no crescimento econômico, este trabalho tem por objetivo analisar a participação do segmento de seguros no Produto Interno Bruto (PIB) do país, com destaque para as variáveis macroeconômicas relevantes na economia brasileira. A fundamentação teórica deste trabalho concentra-se em abordar as teorias do crescimento econômico e explanação sobre a variável Produto Interno Bruto, além de contextualizar a evolução da atividade seguradora no Brasil e seus segmentos de atuação. Como metodologia para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se uma abordagem teórica histórica descritiva no capítulo 2, e teórico descritiva para desenvolver o capítulo 3, e por fim, o capítulo 4 está elaborado a partir de um estudo do mercado com análise teórico estatística. A análise de observação das variáveis macroeconômicas e resultados do mercado de seguros foi elaborada através da obtenção desses dados e observação comparativa entre os resultados da atividade seguradora e economia do país. A conclusão validou a hipótese principal, a qual o mercado de seguros contribui positivamente com a economia do país, visto que o crescimento econômico também é influenciado pelo desenvolvimento desta atividade.

Palavras-chave: Mercado de Seguros. Crescimento Econômico. Variáveis Macroeconômicas. Atividade Seguradora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	42
Figura 2 – A cadeia das operações de seguros	51
Figura 3 – Principais segmentos de seguros comercializados no Brasil	57
Figura 4 – Indenizações de sinistros em relação ao prêmio arrecadado pelas seguradoras no Brasil separados por estados no ano de 2019	58
Figura 5 – Indenizações de sinistros nos principais ramos de seguros comercializados no Brasil em relação ao prêmio arrecadado pelas seguradoras no ano de 2019	59
Figura 6 – Saldo da Balança Comercial no Brasil entre os anos de 2010 a 2019.....	70
Figura 7 – Histórico da taxa anual de inflação no Brasil entre os anos de 2010 e 2019	71
Figura 8 – Histórico da variação cambial no Brasil entre os anos de 2010 a 2019 ...	72
Figura 9 – Histórico da taxa Selic no Brasil entre os anos de 2010 a 2019	73
Figura 10 – Taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 2010 a 2019	74
Figura 11 – crescimento em prêmios no mercado segurador no mundo no ano de 2019	76
Figura 12 – Receitas anuais do setor de seguros entre os anos de 2010 a 2019.....	78
Figura 13 – Prêmio destinado aos sinistros ocorridos e receita anual dos seguros no Brasil entre os anos 2010 a 2019.....	79
Figura 14 – Percentual de sinistros ocorridos em relação à receita anual total de seguros no Brasil no período de 2010 a 2019.....	80
Figura 15 – Participação das receitas anuais do mercado de seguros no PIB anual do Brasil	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos grupos e ramos de seguros no Brasil	53
Tabela 2 - PIB real anual do Brasil entre os anos de 2010 a 2019	67
Tabela 3 – Variação percentual do PIB anual do Brasil entre os anos de 2010 a 2019	68
Tabela 4 - Receitas anuais do mercado segurador entre os anos de 2010 a 2019 ..	77
Tabela 5 - Variação percentual do PIB e mercado segurador entre os anos de 2010 a 2019.....	83

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CMF	Conselho Monetário Fiscal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSeg	Confederação Nacional das Seguradoras
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
COPOM	Conselho de Políticas Monetárias
CVM	Conselho de Valores Mobiliários
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores por via Terrestre
FENABER	Federação Nacional das Empresas de Resseguros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Índice Geral de Preços
IPC	Índice de Preços do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SES	Sistema de Estatísticas da SUSEP
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SNSP	Sistema Nacional de Seguros Privados
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES	10
1.2.1	Hipótese principal	10
1.2.2	Hipóteses secundárias	10
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	11
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	11
1.4.1	Objetivo Geral	11
1.4.2	Objetivos Específicos	12
1.5	METODOLOGIA	12
2	CRESCIMENTO ECONÔMICO E A ATIVIDADE SEGURADORA	14
2.1	TEORIAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	14
2.1.1	Crescimento Econômico para os Clássicos	15
2.1.2	Crescimento Econômico para os Neoclássicos	21
2.1.3	Crescimento Econômico para Keynes	26
2.2	PRODUTO INTERNO BRUTO	29
2.2.1	Conceito e metodologia	29
2.2.1.1	Ótica da Produção	31
2.2.1.2	Ótica da Renda.....	32
2.2.1.3	Ótica da Despesa	32
2.2.2	PIB Nominal	33
2.2.3	PIB Real	34
2.3	A ATIVIDADE SEGURADORA.....	35
2.3.1	História do Seguro	36
2.3.2	O Seguro no Brasil	38
2.4	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	40
2.4.1	Sistema Nacional de Seguros Privados	43
2.4.2	Conselho Nacional de Seguros Privados	44
2.4.3	Superintendência de Seguros Privados	45
2.5	SEGMENTO DE SEGUROS COMERCIALIZADOS.....	46
2.5.1	Seguros Individuais	46

2.5.2	Resseguros	47
3	EVOLUÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL	48
3.1	ATIVIDADE SEGURADORA NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	48
3.1.1	Característica do mercado segurador	49
3.1.2	Tipologia dos seguros	52
3.1.3	Indenizações dos seguros.....	57
3.1.4	Vantagens e desvantagens do mercado segurador	60
3.2	FATORES ECONÔMICOS QUE IMPACTAM O MERCADO DE SEGUROS	62
3.2.1	Influência das variáveis macroeconômicas no mercado de seguros....	62
4	ANÁLISE DO MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA	66
4.1	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019.....	66
4.2	ANÁLISE DO MERCADO SEGURADOR ENTRE OS ANOS DE 2010.....	75
4.2.1	Índices de sinistralidade no mercado de seguros.....	79
4.3	RELAÇÃO DE COMPORTAMENTO ECONÔMICO DO MERCADO DE SEGUROS COM A ECONOMIA BRASILEIRA	81
5	CONCLUSÃO.....	86
	REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a busca por proteção dos riscos imprevisíveis sempre foi uma preocupação do ser humano e, a necessidade de proteção acompanha o homem durante toda sua trajetória na história. Dessa forma os seguros surgem no mundo, com o objetivo de repor uma eventual perda, ocasionada por um risco incerto.

A economia do país tem a participação do mercado segurador no Brasil, visto que a cultura de adquirir um seguro, para precaver-se de um risco incerto está sendo fortificada. Contudo, a economia brasileira depende também da atividade seguradora para contribuir com os resultados positivos no país, além de movimentar a poupança interna e gerar consumo entre os agentes econômicos.

O contínuo avanço da atividade seguradora no país e no mundo, além da grande diversidade de produtos oferecidos, atende um mercado extenso e com potencial de crescimento, visto que a gama de produtos existentes atinge as diferentes necessidades dos consumidores.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar a participação do segmento de seguros no Produto Interno Bruto do país, com destaque para as variáveis macroeconômicas relevantes na economia brasileira, no período entre os anos de 2010 a 2019.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O mercado de seguros influencia diretamente nos resultados da economia brasileira, o qual contribui com os resultados do crescimento econômico do país. Sua linha histórica mostra constante crescimento na participação da economia, e vinculado a isso, a necessidade da população de buscar proteção de um risco que poderá vir a acontecer.

O estudo do desempenho do mercado segurador busca apresentar as variáveis macroeconômicas que contribuem para o desenvolvimento da categoria na economia do Brasil, além de verificar o comportamento que esse setor econômico promove para a sociedade em geral e suas externalidades proporcionadas.

A necessidade de gerenciar um possível risco é o objetivo da busca do consumidor a contratar um seguro. E com o substancial aumento dos riscos, como: mudanças climáticas, desemprego, roubos e furtos, avanço de doenças, etc., que a

participação da população nesse mercado influencia diretamente com os resultados do PIB do país.

É importante expor a contribuição econômica do mercado segurador, para que o mesmo continue sendo eficiente nos resultados econômicos do país.

Diante do exposto, o trabalho pretende responder as seguintes perguntas:

- a) Como é o comportamento do mercado segurador na economia brasileira?
- b) Quais as variáveis macroeconômicas que são relevantes ao setor de seguros?
- c) Quais os dados estatísticos sobre sinistros indenizados e qual é o retorno destes valores na economia do país?
- d) Quais são os principais tipos de seguros comercializados e que contribuem com o desenvolvimento do setor?
- e) Quais são as externalidades que o seguro proporciona?
- f) Como o mercado de seguros se comporta em relação ao crescimento econômico?

1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese principal

O mercado segurador contribui positivamente com a economia do país, visto que com o crescimento dessa atividade econômica, os índices de participação no Produto Interno Bruto sofrem alterações positivas através dos prêmios gerados, quando analisado somente os segmentos de seguros.

1.2.2 Hipóteses secundárias

H1: Mesmo com a instabilidade da economia brasileira nos últimos 10 anos, o mercado de seguro acompanha o crescimento econômico.

H2: À medida que a economia brasileira sofre com as recessões, ocorre um aumento nos prêmios gerados no mercado segurador.

H3: As variáveis macroeconômicas relevantes ao setor de seguros auxiliam o desenvolvimento dessa parte da economia.

H4: Com o crescimento da economia, os sinistros de seguros no Brasil apresentam valores decrescentes, quando comparados a anos de economia em recessão.

H5: O setor de seguros apresenta aumento na participação no PIB e devolve para a economia valores que incentivam a compra de bens, proporcionando a continuidade de um ciclo de crescimento econômico.

H6: Com a abundância de produtos que estão disponíveis no mercado, a população, de forma geral, pode ser atendida de acordo com a sua necessidade.

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

O mercado segurador no Brasil, de acordo com o Banco Central do Brasil (2019), é controlado e fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a qual tem a função de organizar, regular e fiscalizar a atividade seguradora. Esse órgão público faz parte da estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados no Brasil (SNSP), composto hierarquicamente pelo Ministério da Fazenda, seguido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e por fim a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), sendo esta última que contempla as sociedades seguradoras autorizadas a atuarem no país, entidades abertas de previdência complementar, empresas de resseguro e os corretores de seguros.

Em sua conjuntura econômica, o mercado de seguros vem mostrando contínuos avanços no que se refere a sua diversidade de produtos. Sua linha histórica apresenta um constante crescimento das receitas e aumento da participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Este desempenho positivo no Brasil mostrou-se efetivo, devido a evolução do setor e políticas adotadas para a regularização da atividade no país.

Diante disso, o trabalho se justifica por apresentar a participação da atividade seguradora no Brasil e sua contribuição no indicador de crescimento econômico da economia do país.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a participação do segmento de seguros no Produto Interno Bruto do país, com destaque para as variáveis macroeconômicas relevantes na economia brasileira, no período entre os anos de 2010 a 2019.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as bases teóricas do crescimento econômico de acordo com as escolas clássicas, neoclássicas e keynesiana para introduzir a atuação dos agentes econômicos no país.
- b) Descrever os conceitos de PIB Real e Nominal e metodologias de cálculo.
- c) Apresentar a história dos seguros no mundo e no Brasil e sua regulamentação e comercialização no país, bem como identificar os segmentos de seguros comercializados.
- d) Caracterizar o comportamento do mercado de seguros na economia brasileira.
- e) Apresentar o montante de sinistros indenizados no mercado geral de seguros em comparação aos valores de prêmios arrecadados e o retorno desses valores que são recolocados na economia brasileira.
- f) Constatar os benefícios e as desvantagens que o setor de seguros pode proporcionar para a economia e sociedade.
- g) Demonstrar quais as variáveis macroeconômicas que são relevantes na análise do setor de seguros.
- h) Analisar os resultados das variáveis macroeconômicas do país e do setor de seguros entre os anos de 2010 a 2019 e elencar suas principais oscilações.
- i) Relacionar o comportamento da economia no Brasil com o mercado de seguros.

1.5 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho está atrelada ao tipo de aplicação do conhecimento e do modo de fazer a ciência, a qual visa proporcionar alternativas, ferramentas e procedimentos de pesquisa. Tem por objetivo flexibilizar caminhos alternativos para a resolução de um problema o qual se busca resultados do propósito pesquisado e pretendido (NASCIMENTO, 2012).

O desenvolvimento de uma pesquisa está fundamentado em um modelo específico de metodologia, com o objetivo de descrever a ciência com base em um modelo metodológico. Sendo assim, o presente trabalho aborda dois modelos de metodologia os quais serão utilizados para o desenvolvimento e análise crítica da monografia.

Segundo Fonseca (2012), a pesquisa parte de uma dúvida a qual será a base para buscar a solução de um problema. E também coloca o pesquisador em contato com o que já foi escrito e documentado, para que o assunto seja explorado.

Com base nessas teorias, o capítulo dois será desenvolvido por meio de uma pesquisa teórica histórica descritiva, com o objetivo de apresentar o histórico nacional da atividade seguradora no Brasil, e dos conceitos teóricos do crescimento econômico.

No capítulo três será utilizado uma pesquisa teórico descritiva, a qual apresentará fatores da evolução econômica da atividade seguradora no país. Além de apresentar as variações do mercado de seguros na economia brasileira e suas contribuições.

E o capítulo quatro será elaborado a partir de uma análise teórico estatística da atividade de seguros no Brasil e sua relação com a variação da economia brasileira.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E A ATIVIDADE SEGURADORA

O ser humano, com seu instinto próprio de medo, insegurança e preservação da vida, busca meios para sua autoproteção e luta pela sobrevivência. A convivência mútua e a busca por minimizar as perdas e riscos dão início ao pensamento de criar mecanismos que amparem os fatos indesejáveis e, algumas vezes imprevistos. A transferência do risco, através de seguro, torna-se uma opção de proteção da riqueza que é também geradora do crescimento econômico. Dessa forma, o mercado segurador é importante no processo de alavancagem de uma economia e faz-se necessário para proporcionar condições de bem-estar e tranquilidade aos agentes econômicos.

Neste sentido, este capítulo faz referência as bases teóricas do crescimento econômico, elencando os principais grupos de pensadores e sua contribuição para a economia. Além de apresentar o conceito do Produto Interno Bruto (PIB), variável relevante para avaliar o crescimento econômico, apresenta também a história do seguro no mundo e como ele é comercializado e normatizado no Brasil, além de abordar as diversas modalidades de seguros comercializadas no mercado brasileiro.

2.1 TEORIAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico de um país, para ser analisado, depende de diversos elementos que estão associados aos fatores de produção, que com sua atuação, são responsáveis para determinar a evolução econômica do país. Existem diversas correntes de pensamentos que apresentam teorias a serem aplicadas na economia para gerar o crescimento esperado.

O equilíbrio econômico de uma economia competitiva é um desafio constante e que exige aplicação dos agregados macroeconômicos que auxiliam no bom funcionamento dos fatores em geral. As economias mundiais estão sujeitas ao risco de inflação, crises mundiais e nacionais, desempregos, entre outros (IZIDORO, 2019).

Referente a isso, Souza (2005) observou que o desenvolvimento e crescimento econômico possuem raízes teóricas e empíricas, sendo esta última originada, em sua maioria, a partir de crises econômicas do sistema capitalista. A origem das teorias do crescimento econômico, para alguns autores, está atrelada ao desenvolvimento do pensamento mercantilista. O sistema econômico do período colonial evidenciou-se por ter atribuído importância demasiada perante a circulação

de metais preciosos, como um fator considerado de riqueza nacional. Com a disparidade econômica entre as nações, reação ao período mercantil e crises econômicas, surgem pensadores que desenvolvem teorias visando o crescimento da economia e explicam a operação do mercado capitalista desde a formação de capital, acumulação de riqueza e balança comercial até a escassez e a insuficiência de recursos.

As teorias do crescimento econômico começaram a ser elaboradas e aceitas no período mercantilista. Sendo assim, surgem teorias que explicam relações econômicas e as teorias desenvolvidas para entender o funcionamento do mercado.

Hunt e Lautzenheiser (2013) relatam que a integração da produção com as trocas no comércio com o lucro, gerou a necessidade de explorar e entender o funcionamento dos custos da produção, para a obtenção dos preços e geração de lucro. Com isso, os clássicos iniciam a abordagem da teoria do valor-trabalho de uma mercadoria que exerce influência sobre os preços e o lucro.

Contudo, as teorias de crescimento econômico são diversificadas e o funcionamento da economia depende do conjunto de medidas tomadas com base em alguma linha de pensamento, para que promova o crescimento de uma sociedade. O estudo do pensamento clássico, neoclássico e keynesiano serão apresentados com base em suas teorias sobre o crescimento econômico de uma nação.

2.1.1 Crescimento econômico para os Clássicos

Os pensadores econômicos clássicos firmam suas teorias com base em argumentos que permitam a expansão de mercado e produtividade com a mínima interferência do Estado. Com primícias que o mercado e a sociedade auto ajustam-se nos momentos de superprodução e recessão e, a economia busca encontrar o equilíbrio de mercado em toda a nação.

Em suas teorias buscam explicar as leis do mercado e a liberdade econômica que atingem o crescimento da economia. Seus dogmas são: liberdade pessoal, propriedade e empresa privada, iniciativa individual e mínima interferência do governo. As ideias clássicas entram em contraste com as restrições feudais e mercantis, sendo um pensamento mais liberal e menos intervencionista (BRUE; GRANT, 2017).

Associado a isso, os pensadores da escola clássica embasam suas teorias em análises do mercado que levam ao crescimento econômico de uma nação. Neste

sentido, os pensadores de maior influência expõem seus principais conceitos e metodologias referente ao tema.

O principal pensador da escola clássica foi Adam Smith¹, ao apresentar o princípio do liberalismo econômico, com uma visão mais harmônica do mundo real. “Mostra que a livre concorrência, sem qualquer interferência, levaria a sociedade ao crescimento econômico, guiada por uma ‘mão invisível’ e sem a necessidade da atuação do Estado” (VASCONCELOS; GARCIA, 2019. p. 306).

Sendo assim, a essência do pensamento de Smith considera que o mercado tem condições de ajustar-se sozinho para solucionar os problemas econômicos e manter o equilíbrio. Visto que, a riqueza gerada é consequência do trabalho humano e da divisão das tarefas para gerar o aumento da produtividade.

Segundo Souza (2005), Smith descreve que o essencial para a geração de riqueza é o trabalho produtivo. O trabalhador que produz um volume em determinado tempo, com a tecnologia existente empregada e a divisão do trabalho especializada em cada tarefa, gera o aumento da produtividade e possibilidade de expansão do mercado. Seus argumentos baseiam-se na teoria do valor-trabalho e na livre iniciativa do *laissez-faire*², considerando que a riqueza depende do trabalho humano. Nesse sentido o próprio Smith (2017, p.8) abordava que:

O aumento da quantidade de trabalho, que em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três circunstâncias: primeira, ao aumento de destreza em cada operário; segunda, à economia de tempo que é comumente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra; finalmente, à invenção de grandes números de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho e permitem um homem fazer o trabalho de muitos.

A análise de Smith detinha-se em deixar o mercado se auto ajustar, e para a continuidade dessa teoria, leva-se em consideração a presença de invenções que facilitem o trabalho e substitua a mão de obra. Sucede-se a esse pensamento o clássico David Ricardo, que passa a analisar questões relacionadas a produção e o lucro dos capitalistas.

¹ Adam Smith (1723-1790) nasceu na cidade de Kirkcaldy na Escócia, onde finalizou sua obra “A Riqueza das Nações”, a qual estabeleceu seu prestígio. Antes de sua morte, seus manuscritos não publicados foram destruídos, o que era um desejo de Smith sem explicação.

² *Laissez-faire* é o termo usado para descrever o liberalismo econômico e identificar o livre mercado.

Como sucessor de Smith, outro autor de destaque na escola clássica é David Ricardo³ com o desenvolvimento dos modelos econômicos abstratos do capitalista. Ricardo vivenciou épocas como a Revolução Francesa e Industrial, no entanto presenciou o aumento da inquietação da crescente classe operária e a luta entre os capitalistas e os proprietários de terras ingleses (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Ricardo, em suas teorias defendeu o valor proporcionado pela terra, a qual gera ganhos de capitais aos proprietários sobre a produção que o local oferece. Sendo o solo um bem indestrutível, o lucro obtido sobre ele é o resultado recorrente de seu uso e produtividade alcançada.

Com base nessa teoria, Hunt e Lautzenheiser (2013) abordam que Ricardo desenvolveu sua teoria de determinação de renda, a qual contava com duas hipóteses: a primeira estabelece que as terras são diferentes e poderiam ser alocadas em ordem da mais fértil para a menos fértil; e a segunda aborda que a concorrência se iguala ao lucro dos fazendeiros capitalistas que arrendassem terras dos proprietários. Ricardo estabeleceu também sua teoria do lucro, a qual este era como excedente, e gerado após o pagamento dos salários, sendo o produto total da terra, menos a subsistência dos lavradores que trabalham neste solo. Sendo assim, para Ricardo, a prosperidade econômica dá-se com a acumulação de capital através do capitalista, o qual terá um excedente de lucro e precisará de mais mão de obra, isso aumenta a demanda de trabalhadores e conseqüentemente haverá um aumento sobre os salários. Essa teoria prevalecerá enquanto houver o acúmulo de capital.

A visão teórica de Ricardo aborda além dos retornos de capital produzidos pela terra, a teoria das vantagens comparativas, a qual, segundo Carvalho e Leite (2017) traz uma possibilidade adicional em relação a teoria de vantagem absoluta, ao considerar a especialização das nações em segmentos que lhe sejam mais viáveis perante a outra. Essa visão elenca a produção especializada de mercadorias diferentes em diversos locais e sua relação de troca no comércio.

Com base nesse princípio, a teoria das vantagens comparativas de Ricardo explica o comércio entre nações sem a ocorrência de vantagem absoluta na produção de algum bem, ou seja, ambas nações são beneficiadas com as trocas. O custo relativo para produzir determinada mercadoria em um país pode ser menor que em

³ David Ricardo (1772-1823) era filho de um capitalista inglês que enriqueceu com a bolsa de valores. Dedicou parte da sua vida para estudar e escrever sobre economia política e aumentar sua fortuna na bolsa de valores.

outro país, entretanto a diferença entre os custos de produção dos dois países indica a possibilidade de comércio entre eles. Essa diferença, leva ao país com menor custo de produção em determinada mercadoria, a possibilidade de especializar-se naquele produto em troca de adquirir outros bens por custos menores do que se fossem fabricados em seu território. Os limites para o estabelecimento da relação de troca são os preços relativos aos bens em cujas produções cada nação tem sua vantagem comparativa (CARVALHO; LEITE, 2017).

A razão para que ambos países se beneficiem com as trocas proporciona a ampliação do comércio e contribui para aumentar a quantidade de mercadorias produzidas. Sendo assim, uma nação é menos eficiente em comparação a outra na produção de um mesmo bem, por isso a especialização em um produto permite um custo oportunidade menor e benefícios mútuos.

Como sucessor de David Ricardo, grande economista da escola clássica, destaca-se John Stuart Mill, que engloba em suas análises os principais fatores de produção, terra, trabalho e capital.

Segundo Brue e Grant (2017), John Stuart Mill⁴ analisou o fator terra como uma barreira para o aumento da produção, por ser um bem limitado e finito. Entretanto o trabalho empregado na terra é o que gera uma produção e conseqüentemente o capital, que, com esse estoque de capital acumulado e oriundo do trabalho, dará extensão ao crescimento da indústria e produção.

Embora Mill entenda que o fator terra é limitado, o aumento da produtividade pode ocorrer quando houver a participação de outros fatores combinados, como a adequação da produção com o emprego de novos funcionários. Sendo assim, a produção tende a aumentar, mas o número de trabalhadores que participam do processo produtivo pode afetar as reservas das firmas, com essa contratação de mais empregados.

O aumento de capital depende do produto excedente após suprir as necessidades de todos que participaram da produção e que haja a disposição de economizar. Quanto maior o lucro, maior será a razão para economizar. Mill entende que a oferta de capital pode ser facilmente aumentada, visto que a oferta de terra não por ser um fator limitado; sendo assim a demanda depende da parte do capital

⁴ John Stuart Mill (1806-1837) foi um economista britânico que recebeu os estudos de seu pai, e por ser rígido e disciplinado direcionou o estudo de Mill para que continuasse com grandes trabalhos na economia política.

reservada para o pagamento dos salários e a oferta depende do número de pessoas que estão procurando por trabalho. Com base nisso, Mill aborda que quando houver competitividade, os salários não podem ser afetados, exceto se houver um aumento das reservas para contratar mais empregados, terá aumento de salários, ou quando reduzir as reservas de pagamentos pelo trabalho e aumento do número de trabalhadores ofertados, terá a redução de salários (BRUE; GRANT, 2017).

Assim, a análise de Mill e em complemento as ideias de Smith, o autor Jean-Baptiste Say⁵, considerado um dos pilares da macroeconomia, aprimorou seus pensamentos no princípio de que a oferta cria sua própria procura.

Hunt e Lautzenheiser (2013) descrevem que Say considerava-se discípulo de Adam Smith, por estar em sintonia a suas ideias, porém corrigindo pequenos erros cometidos. Como correção inicial a teoria de Smith de que o valor de produção depende apenas do trabalho humano, Say afirma que o preço ou o valor de troca de uma mercadoria depende do seu valor de uso. Sendo assim, a teoria de Say defende o trabalho humano como gerador do valor de um produto e a oferta e demanda como fatores determinantes para a quantidade de produção de mercadorias. O equilíbrio de mercado ocorre quando há a interação adequada de empregos e capacidade de produção nas empresas, e o desequilíbrio será ajustado automaticamente através dos agentes econômicos.

Com o mesmo pensamento de Smith, Say afirma que a economia depende dos trabalhadores e donos de empresa, e esta atingirá o equilíbrio sem a interferência de agentes externos. Leva em consideração a produção e os meios de troca, o que iguala a demanda e a oferta de produtos.

A Lei de Say, como começou a ser chamada sua teoria de livre mercado, trata que este sempre ajusta-se automaticamente, havendo um equilíbrio onde todos os recursos estão plenamente utilizados, tanto com o pleno emprego quanto a capacidade industrial. Nesse contexto, defende a ideia de que não haveria superprodução que gerasse desemprego, pois as trocas ocorrem através dos produtores das mercadorias, e ninguém produz o que não quer trocar com a produção de outra pessoa, e a moeda serve somente como um meio de facilitar a troca. Say continua sua afirmação em que pode haver a superprodução, mas que essa ajusta-se automaticamente pelos produtores, levando sempre a uma oferta igual a demanda.

⁵ Jean-Baptiste Say (1767-1832) nasceu em Lyon e finalizou seus estudos na Inglaterra. Dedicou-se a defender o livre mercado e criticar o intervencionismo.

Além disso, a falta ou excedente temporário de mercadorias levará a sua eliminação pelo mercado concorrencial, retornando ao equilíbrio inicial (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Say leva em consideração a produção e os fatores de substituição de mercadoria, já o economista Thomas Robert Malthus⁶ teve um olhar diferente para sua análise, tratando do princípio da população e seu comportamento demográfico.

No sentido de analisar a população, o economista e contemporâneo de David Ricardo, Thomas Robert Malthus desenvolveu princípios que foram amplamente utilizados por outros economistas clássicos. Em sua teoria, traz à tona a análise da população, a qual apresenta um problema demográfico no mundo, porque a natureza não supera o desejo entre os sexos. Com essa análise, descreve o princípio da população, a qual cresce em progressão geométrica e a disponibilidade de alimentos em progressão aritmética⁷. Associado a isso, as crises de 1815 e 1825 causaram a redução drástica de salários, de preços agrícolas e desemprego, e fizeram com que Malthus considerasse outros fatores na sua análise (SOUZA, 2005).

Malthus desenvolveu o princípio da demanda efetiva, no qual condiciona que os níveis de emprego e produto dependem da demanda agregada efetiva. Esse princípio é utilizado nas economias até os dias atuais, e sua análise é composta pelo consumo agregado da família, gastos com investimentos, gastos do governo, exportação e importação.

Souza (2005) descreveu também que a teoria malthusiana da demanda efetiva fundamenta-se nos rendimentos da agricultura, em que uma área de terra terá o aumento do trabalho e capital com o uso de adubo, máquinas e tecnologias. Com o aumento tecnológico e expansão da área de cultivo, os meios de subsistência também aumentarão e o problema da fome será eliminado. Sendo assim, Malthus foi criticado ao relatar que o aumento populacional pode servir de estímulo a necessidade de aumentar a produção e elevar a oferta de mão de obra e consumidores.

Por fim, o crescimento econômico para os pensadores clássicos apresenta uma abordagem ampla dos diversos fatores econômicos. Trata-se de explicar o comportamento dos fatores de produção, o aumento populacional e a operação do

⁶ Thomas Robert Malthus (1766-1834) era britânico e filho de uma família de poses. Fez parte da primeira cátedra inglesa de Economia Política, onde permaneceu até sua morte.

⁷ A oferta de alimentos na teoria de Malthus pode ser influenciada por importação de alimentos mais baratos, casamentos precoces que tinham como objetivo aumentar a oferta de soldados e, aumento de vícios como prostituição, sexo antes do casamento e promiscuidade.

mercado. As análises realizadas por eles são fatores que influenciam diretamente as economias do mundo até os dias atuais.

2.1.2 Crescimento Econômico para os Neoclássicos

O pensamento econômico neoclássico originou das ideias marginalistas e implica uma nova forma de classicismo. Os neoclássicos enfatizam a relação da oferta e da demanda para determinar os preços dos bens, serviços e recursos de mercado, além de demonstrar interesse no papel da moeda na economia, análise marginal para as estruturas de mercado e livre concorrência do monopólio e duopólio.

O neoclassicismo reúne diversos autores de destaque, entre eles, Alfred Marshall, Joseph Alois Schumpeter, Léon Walras e Vilfredo Pareto, que serão base para a análise das contribuições para o crescimento econômico.

Como principal desenvolvedor do neoclassicismo, Alfred Marshall⁸ define a economia como “a economia política ou economia é um estudo da humanidade na atividade da vida, ela examina a parte da ação individual e social que está mais intimamente ligada aos resultados e ao uso dos requisitos do bem-estar” (MARSHALL apud BRUE; GRANT, 2017, p. 275). Marshall analisa principalmente o comportamento do consumidor, do desejo de maximizar a sua satisfação de consumo, e o comportamento do empresário que objetiva a maximização de lucro. Dessa forma, o pensador enfatiza que a oferta, a demanda e o preço produzem resultados sozinhos, mas quando a sociedade influencia, pode haver interferência no resultado. Sendo assim, nem sempre as leis naturais são benéficas na economia (BRUE; GRANT, 2017).

A teoria marshalliana trata da maximização de satisfação do consumidor e visa o bem-estar e o lucro, ou seja, o consumidor compra mercadorias para suprir sua necessidade e a firma produz bens para obter lucro. Dessa forma, ambas as definições colocam a geração de lucro como prioridade.

Conforme Hunt e Lautzenheiser (2013), Marshall analisou também o comportamento de maximização de lucro de uma firma para o entendimento do fluxo monetário, isso se deu através dos processos de substituição de mercadorias por

⁸ Alfred Marshall (1842-1924) matemático e economista inglês, defendeu o capitalismo de livre mercado, e contribuiu com a microeconomia. Foi professor de economia por vários anos, e difundiu suas ideias publicando seu livro *Princípios da economia*.

outras mercadorias substitutas. As mercadorias só eram compradas porque eram de necessidade do consumidor, e com a variação dos custos desses produtos o consumidor substitui parte do consumo por outras mercadorias semelhantes e com menor custo. No caso das empresas o mesmo ocorre, visando a maximização de lucro, a firma busca por adquirir matéria prima de menor valor para que o produto final seja mais rentável e com valor inferior, a fim de aumentar seus rendimentos.

Enquanto a análise de Marshall está direcionada a maximização da satisfação do consumidor e dos lucros dos empresários, o neoclássico Schumpeter analisa o mercado pelo lado da oferta, através da produção, para explicar o crescimento econômico.

Souza (2005) corrobora no destaque de Joseph Alois Schumpeter⁹ como outro pensador influente no pensamento neoclássico. Sua teoria inicial relata principalmente que a oferta no crescimento econômico não se preocupa com os salários e a demanda efetiva da sociedade. Para conduzir essa oferta, pequenos ajustes na produção e sem a atualização da tecnologia e líderes de uma empresa, gerarão crescimento de acordo com o ritmo da expansão demográfica. O equilíbrio de mercado ocorre com o pleno emprego nos mercados de capital, bens e de trabalho, e a expansão de renda dar-se-á através das variações na força de trabalho. Nessa esfera do pensamento, o crescimento é equilibrado com lucros normais de uma economia cíclica, onde não há, inicialmente, inovação tecnológica e os processos de produção não apresentam alterações.

A observação inicial de Schumpeter é empírica, com base em uma economia sem desenvolvimento, onde a produção comporta a demanda da população e não há a inovação aplicada na economia. Posteriormente às suas análises iniciais, com o surgimento constante de novas tecnologias, sugerem alterações no seu pensamento.

Entretanto, alterações de tecnologia começam a ocorrer e novas combinações são repensadas. Schumpeter define o desenvolvimento econômico como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação ao equilíbrio previamente existente” (apud SOUZA, 2005, p.127). Para o economista, o desenvolvimento da economia surge a partir de mudanças revolucionárias, como por exemplo a máquina a vapor que substitui o carvão vegetal. Essas revoluções não alteram os gostos dos consumidores, mas exercem mudanças significativas sobre os

⁹ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) nasceu em Morávia, atual República Tcheca. Estudou economia e direito, exerceu advocacia, mas também foi professor de economia.

produtores os quais induzem o consumidor a adquirir os novos produtos. Em um mundo não concorrencial, essas novas descobertas descontinuas as anteriores e são irreversíveis, e o desenvolvimento faz-se perante o emprego dos diferentes recursos disponíveis com destaque a abertura de novos mercados ou desenvolvimento de produtos e métodos de produção (SOUZA, 2005).

Sendo assim, a inserção da tecnologia no processo evolutivo de uma economia, para gerar o desenvolvimento através de inovação, causa perturbações no equilíbrio econômico. Essas alterações farão com que as empresas e população sejam estimuladas e se adaptem a esse novo processo econômico, alterando seu hábito de consumo.

A teoria schumpeteriana afirma que a criação de novas combinações ocorre com o desenvolvimento do capitalismo. O empresário inovador pode inovar seus produtos com os mecanismos existentes em sua planta fabril e agregar valor a mercadoria para satisfazer a demanda potencial e auferir seu lucro. Isso acontece porque o progresso da inovação tecnológica é acompanhado pelas flutuações econômicas do sistema capitalista, e que, ao longo do tempo as inovações incorporam o sistema levando a produção a um novo ponto de equilíbrio de mercado e bem-estar social (PAIVA et al., 2018).

Nessa linha de pensamento, os fatores econômicos de uma nação fazem parte de um fluxo circular da economia. A inovação inserida nesse processo altera o dinamismo econômico, provocando mudanças de consumo da população e obtenção de lucro por parte dos empresários.

Na visão de Brue e Grant (2017), a inovação de Schumpeter é definida com mudanças nos métodos de oferta de mercadorias, com a introdução de novos produtos ou métodos de produção. Essa mudança provoca a abertura de novos mercados e alteração na relação de fornecedores que são a fonte de matéria prima e suprimentos. Sendo assim a indústria é reorganizada e sofre o processo de atualização, com a introdução de tecnologia. Por enfatizar sempre o lado da oferta, a demanda resulta dos aspectos econômicos e não técnicos, pois com a abertura comercial os produtores buscam por ampliar sua participação em mercados e geram a necessidade de ampliação e aplicação da tecnologia, devem estar em um processo contínuo de adaptação para manter-se no mercado.

Entretanto, Schumpeter enfatiza que os aspectos da procura estão ligados às inovações e a abertura de mercado. O crescimento econômico de uma nação

depende dessa contínua inovação e incentivo ao consumo, com isso desenvolve-se o processo de concorrência e promove um novo ciclo de inovações e alterações de mercadorias que promovem uma nova forma de consumo.

Diferentemente de Schumpeter, que entendeu que a oferta é a percussora do desenvolvimento e crescimento econômico, o escritor Léon Walras¹⁰ percebeu que a oferta junto com a demanda estará ligada aos preços dos diversos mercados que pertencem.

Com esta visão de mercado, Walras analisa que a demanda de determinado bem depende da utilidade marginal de consumo e de preço, e a maximização de sua utilidade com o preço igualam-se a mesma razão dos outros bens que podem ser comprados. Portanto, a demanda de um bem depende dos preços dos outros bens de consumo. Entretanto, para determinar essa demanda, seria necessário saber os preços de todos os outros produtos de consumo, e uma teoria que determinasse o preço. Nesse sentido, a Lei da Walras mostra que com qualquer conjunto de preços, “a demanda por todas as coisas trocadas tem de ser igual à oferta de todas as coisas trocadas (...), a vontade de trocar implica a vontade de adquirir algo àqueles preços (demanda), desistindo de algo (oferta) de mesmo valor” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 256).

Desta forma, a oferta de um produto ou serviço precisa ser oferecida, e a razão de haver demanda é o oferecimento de algo que se possa consumir, ou seja, a demanda é resultado de uma consequência do oferecimento.

Para dar continuidade aos princípios do equilíbrio geral de Walras, o historiador do pensamento econômico Vilfredo Pareto¹¹ considera a economia do bem-estar em sua análise. Subsequente dos pensamentos de vários economistas, Pareto é sucessor dos economistas clássicos e neoclássicos e opta por expandir a tradição da matemática de Walras.

O princípio de estudo de Pareto é a explicação para o equilíbrio geral, onde todos os indivíduos satisfazem seus desejos e necessidades de forma a alocar perfeitamente os bens e recursos. Dessa forma, o neoclassicista considera que a

¹⁰ Léon Walras (1834-1910) nasceu na França e no início de sua vida profissional não teve sucesso. Voltou-se para o estudo da economia política e fundou uma escola de economia que enfatizava a aplicação da matemática à análise econômica.

¹¹ Vilfredo Pareto (1848-1923) filho de italianos, nasceu em Paris. Estudou economia e expandiu com estudos na matemática. Foi o criador da nova economia de bem-estar, baseada em Walras sobre a teoria do equilíbrio geral.

tecnologia, as quantidades e os gostos dos consumidores são constantes, assim todos os bens são divisíveis e não há externalidades que afetem o sistema. A eficiência do consumo e da produção é encontrada quando o indivíduo ou a firma obtém a utilidade máxima em relação ao seu orçamento e consumo, ou seja, um membro precisa ter sua situação piorada para outro membro ter sua situação melhorada (RIANI, 2016).

Contudo, o estado ótimo de Pareto ocorre através de “(1) uma distribuição ideal de bens entre os consumidores, (2) uma alocação técnica ideal de recursos e (3) quantidades ideais de produção” (BRUE E GRANT, 2017, p. 394).

Na ocorrência de um sistema de concorrência perfeita e livre mercado, a alocação de recursos e distribuição de renda permite a alocação eficiente dos bens de consumo, e permite a distribuição dos recursos sem prejudicar a mudança no consumo. Dessa forma, a situação encontrada seria ótima, pois outros indivíduos não seriam prejudicados. Entretanto, situações de conflito acontecem e a teoria de Pareto não prevê essa externalidade.

Contudo, segundo Riani (2016) esse entendimento é corroborado em um mercado de concorrência imperfeita, onde as necessidades da economia e da sociedade não são supridas exclusivamente pelo setor privado, sendo necessária a interferência do setor público a fim de maximizar o bem-estar da sociedade. Assim, o governo é o elemento capaz de intervir na economia, com a alocação de recursos que estabeleçam o bem-estar econômico, atuando juntamente com o setor privado. Essa externalidade ocorre porque o mercado apresenta falhas que dificilmente são ajustadas, como a indivisibilidade de um produto, as externalidades dos setores, custos de produção decrescente e mercados imperfeitos, e os riscos e as incertezas na oferta dos bens.

Os efeitos externos causam a desigualdade econômica, e na versão de Pareto são considerados somente os custos e benefícios individuais do consumo. Essa referência implica que a sociedade não consegue organizar a distribuição e alocação de recursos, bens e serviços para ajudar um indivíduo sem prejudicar outro.

Por fim, o pensamento neoclassicista traz aspectos relacionados a microeconomia, que analisa o consumidor e sua influência na oferta e demanda. As teorias desses pensadores abordam assuntos relacionados ao crescimento econômico, porém não relatam a relação entre os fatores de produção.

2.1.3 Crescimento Econômico para Keynes

O pensamento keynesiano surge com o economista John Maynard Keynes¹², que com suas ideias oriundas do neoclassicismo, torna-se uma das mais importantes escolas do pensamento econômico. As teorias do crescimento no modelo keynesiano trazem Keynes como o desenvolvedor desta teoria e não inclui nessa escola outros autores, por ser uma nova forma de pensamento que perpetua até os dias de hoje.

Keynes foi sucessor de Marshall, e mesmo com suas críticas, a escola neoclássica, considerou diversos aspectos para formular suas teorias. O pensamento de Keynes baseia-se em uma abordagem psicológica subjetiva, que foi conduzida por conceitos marginalistas e teorias sobre o valor e a distribuição neoclássica (BRUE; GRANT, 2017).

O período de vida do pensador deu-se em época de crise e economia real em queda, o que fez com que suas teorias fossem elaboradas a partir de visões liberais que agregassem teorias do socialismo. A partir dessa ótica, Keynes cria um novo pensamento até então não observado e relatado.

Contudo, segundo Gleiser (2013), a teoria macroeconômica keynesiana foi elaborada após a maior crise econômica do mundo, a depressão de 1930. Durante a crise, a visão neoclássica, predominante na época, teve dificuldades de apresentar solução para o colapso econômico e promoção de políticas públicas. A teoria neoclássica, vinculada ao classicismo, entendia que a economia se ajustaria automaticamente, na ótica do *laissez-faire*. Entretanto, Keynes temia que a não intervenção do Estado poderia impactar ainda mais essa depressão.

Em sua obra “Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda”, Keynes rejeita a ideia de que ajustes de preço restaurariam o pleno emprego. Para ele a economia não tende a atingir sempre o equilíbrio do pleno emprego e para atingir esse equilíbrio é necessário a presença de órgãos reguladores, que ditam regras para o destino da economia.

Sua base teórica argumenta que uma política econômica governamental e inteligente reduz os problemas do capitalismo, e reitera a importância do Banco Central para controlar a oferta de moeda na economia, mantendo a estabilidade de

¹²John Maynard Keynes (1886-1946) nasceu em Cambridge na Inglaterra. Teve sua formação em matemática e atuou como economista e foi o precursor da macroeconomia. Defendeu a intervenção do estado nas economias mundiais, principalmente após a segunda Guerra Mundial.

preços e inflação sob controle. Contudo, Keynes explica que os indivíduos são diferentes e agem de maneira desigual, sendo assim o Banco Central tem a responsabilidade de manter o equilíbrio entre esses agregados macroeconômicos e prevenir a inflação e recessão da economia. Nesses casos, quando a poupança for maior que os investimentos, o Banco Central deve reduzir as taxas de juros para estimular o consumo e os empréstimos, e quando os investimentos forem maiores que a intenção de poupar, o inverso também é verdadeiro (GLEISER, 2013).

Como crítica ao liberalismo econômico, Keynes (apud GLEISER, 2013, p. 82) alega que “no longo prazo, todos estaremos mortos”, a quem entendesse que a inflação se ajusta automaticamente no futuro. Para ele, políticas econômicas deveriam ser aplicadas para solucionar os problemas de curto prazo. O mercado demora para reestabelecer seu equilíbrio sem auxílio externo e necessita de apoio com subsídios e financiamentos que permitam que a economia retorne gradativamente. Essa manutenção econômica acelera o processo de retomada de crescimento e permite melhor interação entre os agentes econômicos.

A intervenção do Estado com políticas governamentais, para o pensador, torna-se necessária para garantir o equilíbrio econômico, seja ele antes, durante ou após uma recessão. Além disso, Keynes preocupa-se com a população assalariada que depende de empresas para sua sobrevivência e entende que as políticas governamentais podem interferir para a manutenção dos salários, contratos de trabalhadores e consumo da população.

Souza (2005) destaca que quando trata a questão dos salários e poder de compra, Keynes critica a Lei da Say, pois ele entende que as pessoas não gastam todo seu salário em consumo e investimentos, e isso impede de atingir o pleno emprego. Com a crise de 1930, a economia keynesiana é posta em prática, com o objetivo de o governo intervir na economia com a intenção de reduzir o desemprego e elevar a produção em direção ao pleno emprego, ou seja, para atingir o pleno emprego é necessário a intervenção governamental.

Além disso, Keynes explica que não há a flexibilização de salários, pois no curto prazo as empresas possuem contratos de trabalho e os sindicatos impedem essa redução e as empresas demitem os trabalhadores. “Embora os preços possam ser mais flexíveis que os salários, o estancamento da demanda, em razão das demissões, age com um freio à expansão dos preços, evitando o aumento da

produção e o movimento da economia em direção ao pleno emprego” (SOUZA, 2005, p.108).

De modo geral, os argumentos de Keynes influenciaram a política econômica dos países capitalistas, uma economia em recessão necessita de intervenções do Estado para regular a economia. Sendo assim, o controle da oferta e demanda pode ser determinada pelo governo, e a análise depende dos fatores econômicos que sustentam a economia, como os valores dispendidos das empresas para as famílias e governos, para que ocorra o gasto com consumo, investimentos e poupança.

A relação entre investimentos e poupança é a principal causa das flutuações econômicas, visto que quando as pessoas estão propensas a poupar mais do que as empresas a investir, haverá a capacidade ociosa, o que causará uma superprodução. Entretanto quando o investimento for maior que a poupança, deve haver alto consumo por parte das famílias, as pessoas tendem a consumir mais ao invés de poupar, o que gera elevação na contratação de mão de obra nas firmas devido ao aumento da produção. Dessa forma, haverá investimentos para crescer a capacidade produtiva, ocasionando aumento de salários e custos de produção. Por fim esses custos seriam repassados ao valor final do produto, causando uma elevação de preços (GLEISER, 2013).

Por outro lado, as empresas são responsáveis por destinar a oferta de produtos e gerar empregos, e com isso são incentivadas a investir. O investimento tende a gerar aumento da produção e crescimento, o que permite contratação de funcionários e abertura de novos mercados.

Segundo Souza (2005), Keynes conclui que o nível de emprego é determinado pela propensão marginal a consumir e pelo incentivo a investir. Sendo que o nível de emprego segue as flutuações dos investimentos, e conectados à taxa de juro, risco e eficiência marginal do capital. No curto prazo, as expectativas dos donos de negócios afetam o nível de emprego corrente e influenciam a capacidade ociosa da empresa. Já no longo prazo, as expectativas causam variações maiores no nível de emprego através do aumento da capacidade produtiva.

Por fim, a abordagem de Keynes estabelece relações de livre mercado com a intervenção do governo, para que esses fatores combinados, mantenham o crescimento da economia controlando a inflação, níveis de emprego, taxa de juros e redistribuição de renda.

Após a análise da evolução das teorias de crescimento econômico torna-se essencial analisar como o indicador de crescimento é calculado atualmente de forma mais detalhada. O conceito e a metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) serão descritos na próxima seção.

2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO

A análise dos problemas econômicos de uma nação e a busca por fornecer possíveis soluções para resolvê-los, é um dos objetivos da economia no intuito de melhorar a qualidade de vida, a adequada alocação de recursos produtivos que maximizem as necessidades humanas e os resultados econômicos. Nesse sentido, utiliza-se de ferramentas que auxiliam a devida avaliação e obtenção de resultados.

Em um sistema econômico prevalece a organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as empresas e governos utilizam. Para isso, torna-se fundamental a soma desses agregados na cadeia econômica para a obtenção das análises. Os sistemas econômicos utilizam-se do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que contabiliza o setor produtivo de um país, e conseqüentemente permite observações que auxiliam o desenvolvimento de ações para fomentar o crescimento econômico.

2.2.1 Conceito e metodologia

O esforço produtivo de um país ou região e seus desdobramentos na geração de renda são representados por agregados econômicos que compõem o sistema das contas nacionais, sendo eles o produto, renda e despesa. Sendo assim, para a realização de análises e medições de atividades econômicas de um determinado local e período de tempo, faz-se necessários a existência de um indicador eficiente.

Dessa forma, o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia constitui-se uma variável macroeconômica que mede em valores correntes de mercado e proporciona análise da situação econômica em que esse mercado se encontra. Refletindo assim, em mecanismos de análises e direcionamento de ações que promovam desenvolvimento econômico. Esta variável determina em valores o nível de produção e conseqüentemente o de emprego dos fatores de produção, ou seja, mede o crescimento econômico, seja este positivo ou negativo. A soma de todos os produtos vendidos multiplicados por suas quantidades, refletem em um único valor global

monetário de todos os bens e serviços finais que foram produzidos em um local, durante um período de tempo estipulado para análise (MENDES, 2009).

Através do PIB é possível a comparação do crescimento econômico de uma nação em relação as demais, em diversos períodos. As empresas, famílias e governos contribuem ativamente para gerar os resultados desta variável que possibilita também medir o fluxo de moeda da economia.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), o PIB é a soma de todos os bens e serviços que chegam ao consumidor e são produzidos por um país, estado ou município em sua moeda corrente. A contagem do PIB é realizada somente com os produtos finais, para que não haja dupla contagem do valor. Sendo assim, o valor agregado final do produto, leva em consideração os valores de impostos sobre os produtos comercializados.

Com esse conceito, o produto encontrado para determinar o crescimento de uma nação será submetido a análises, que permitirão encontrar políticas econômicas para promover e auxiliar o crescimento econômico. Além disso, a valoração do PIB pode ser utilizada como comparativo com outras economias do mundo, para assim verificar a eficiência econômica da nação em análise.

Segundo Feijó e Ramos (2013) para elaborar o cálculo do PIB é preciso considerar o que é produção, do ponto de vista das contas nacionais. Estão incorporados no cálculo: a produção de bens e serviços voltada para o mercado; a produção de bens e serviços do governo e instituições sem fins lucrativos; a produção de bens para consumo próprio das famílias; produção de bens de capital pelas empresas para consumo próprio; produção de serviços pessoais e domésticos quando remunerados; e os serviços de habitação pelos proprietários ocupantes, imputando um valor de aluguel às residências ocupadas pelos proprietários.

Sendo assim, a medição dos produtos e serviços gerados na economia são o resultado dos fatores de produção combinados com os agentes econômicos. Inclui-se nessa conta os bens e serviços gerados no setor primário, secundário e terciário. Por fim, o esforço produtivo de uma economia em determinado período de tempo pode ser avaliado por três óticas: produto, renda e despesa.

2.2.1.1 Ótica da Produção

Com o objetivo de avaliar a economia através da ótica da produção, o PIB é determinado para mostrar as quantidades de produtos que foram fabricados e de serviços realizados pelos agentes econômicos. O valor da produção final da economia é medido a valores correntes de mercado, sem a exclusão das variáveis que influenciam a mudança de preço.

Sob essa ótica, Mendes (2009) determina que o destino da produção por parte das famílias, empresas e governo, ocorre quando há o consumo dos bens e serviços. Entretanto, é um indicador que apresenta pouca informação, pois avalia o comportamento dos preços e quantidades de um determinado período, não podendo ser comparado a outros períodos.

Dessa forma, o conjunto de gastos de consumo entre os agentes econômicos serão os responsáveis para calcular o valor do PIB de uma nação. O resultado encontrado mostra o nível de crescimento do local analisado.

Para calcular o valor do PIB sob a ótica do produto, deve-se descontar do valor da produção o que foi adquirido de outras empresas para encontrar o valor do produto final, ou seja, o valor de matéria prima. Conclui-se que o resultado do esforço produtivo de um local é o valor adicionado ou agregado por uma empresa no seu processo de produção, excluindo-se os bens e serviços utilizados como insumos para a produção de outros produtos. Assim, evita-se a dupla contagem do produto (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

Sendo assim, a mensuração do produto agregado nas contas nacionais depende da soma do valor adicionado de todas as unidades produtoras que participam do processo produtivo. De forma simplificada, chega-se na seguinte equação que determina o valor do produto final, através da ótica do produto, para computar o valor do PIB:

$$\text{Valor adicionado} = \text{valor final do produto} - \text{valor gasto com insumo e serviço} \quad (1)$$

Por fim, o desenvolvimento do cálculo do PIB pela ótica do produto analisa a produção equivalente aos bens finais que são entregues para consumo dos agentes econômicos.

2.2.1.2 Ótica da Renda

O funcionamento do mercado financeiro de uma economia é composto por agentes econômicos que interagem conjuntamente para a produção de bens e serviços. Essa interação faz parte de um fluxo circular de renda onde as empresas produzem bens, mas dependem da mão de obra das famílias que estão disponíveis no mercado de trabalho. Essa relação entre os agentes gera remuneração para todos os fatores de produção de todas as unidades produtoras na economia, ou seja, o capital e o trabalho.

A medida do PIB pela ótica da renda leva em consideração a remuneração dada dos fatores de produção, em moeda corrente, aos agentes econômicos dos fatores de produção dos bens e serviços produzidos nos setores primário, secundário e terciário da economia e o lucro gerado das empresas com a venda dos produtos. Sendo assim, obtém-se a equação a seguir que determina o valor do PIB pela ótica da renda (MENDES, 2009).

$$\text{Valor adicionado} = \text{trabalho (salários)} + \text{capital (lucro)} + \text{juros reais} + \text{aluguel} \quad (2)$$

Contudo, conclui-se que o valor computado para o cálculo do PIB sobre esta ótica depende dos fatores de remuneração trabalho e capital, ou seja, os salários pagos aos trabalhadores e o lucro da empresa obtido com a venda dos produtos.

2.2.1.3 Ótica da Despesa

O fluxo circular de renda de uma economia integra toda a produção de bens e serviços de uma nação que destina os gastos para consumo ou formação de capital através de investimentos. Para isso, faz-se necessário a remuneração dos agentes econômicos responsáveis pela produção e manutenção da economia.

Dessa forma, segundo Feijó e Ramos (2013) a medida do PIB pela ótica da despesa pode ser obtida pela soma total dos gastos dos agentes econômicos responsáveis pelo consumo de bens e serviços, e também do dispêndio do investimento que fornece ampliação da capacidade produtiva da firma.

As famílias, empresas e governo adquirem produtos que satisfazem sua necessidade de consumo, para isso dispendem dos seus ganhos para adquirir algo.

Além do dispêndio dos gastos, as empresas remuneram as famílias e pagam impostos ao governo, o uso desse capital é justificado na ótica da despesa.

Nesta ótica, segundo Mendes (2009) incluem-se nas contas de despesas os valores de bens e serviços oriundos de importação e exportação, pois geram dispêndios aos agentes econômicos. Assim, chega-se à equação que determina o valor do PIB pela da ótica da despesa:

$$\text{Valor adicionado} = \text{Consumo das famílias} + \text{Investimentos} + \text{Gastos do Governo} + (\text{Exportação} - \text{Importação}) \quad (3)$$

Sendo assim, a medição através da ótica da despesa, utiliza-se dos valores de remuneração dos fatores de produção, que dispendem parte da renda para o consumo e para geração de poupança. E por parte das empresas, o lucro gerado é realocado através de investimentos, que tendem a aumentar a produção e dar continuidade ao fluxo do mercado.

Os agregados macroeconômicos das contas nacionais podem ser expressos em valores nominais ou reais, que serão desenvolvidas nas subseções a seguir. Essa distinção que ocorre entre os valores permite uma análise ao longo de períodos distintos sem a interferência de fatores que tendem a alterar os preços.

2.2.2 PIB Nominal

Os agregados macroeconômicos de um país são calculados para avaliar a situação econômica de desenvolvimento e crescimento de uma nação e, para isso, o PIB é calculado de forma a obter resultados que expliquem essa situação. Sendo assim, o PIB nominal é obtido para informar a conjuntura daquele momento da análise.

O PIB nominal ou corrente é o valor da produção final de uma economia medida por seus preços de mercado a valores correntes de mercado, ou seja, é o valor do produto líquido medido ao preço médio do ano corrente. Nesta variável, o valor da inflação está incorporado nos preços dos produtos ou serviços vendidos (VASCONCELLOS; GARCIAS, 2019).

Portanto, sob essa ótica, seria enganoso dizer que caso todos os preços de mercado dobrassem de valor sem haver variação na quantidade, o valor do PIB também dobraria. Por esse motivo, o valor do PIB nominal deve ser analisado somente no seu ano corrente, para não haver erros de interpretação dos resultados.

Quando o PIB nominal é analisado individualmente esse índice pode sofrer variações porque além das quantidades aumentarem ou diminuírem, os preços também variam, principalmente porque nos preços são repassados os valores de ajustes dos mercados. Dessa forma, o PIB nominal não reflete precisamente a situação real da economia, e dificulta a análise de satisfação da demanda perante os agentes econômicos (MANKIW, 2018).

Sendo assim, o PIB nominal é o momento da análise, pois em seu conteúdo tem a presença da inflação do período, a qual está sendo contabilizada na medição. E a variação dos preços se dará sempre sobre essa inflação existente. Entretanto, para uma análise mais específica dos dados, utiliza-se o PIB real, pois através dele os valores estarão alocados de acordo com um período base que ajustará os dados para análise.

2.2.3 PIB Real

As variáveis macroeconômicas existentes, participam ativamente no processo de desenvolvimento e crescimento econômico, dado que, essas variáveis ao serem analisadas, têm potencial de apresentar dados reais sobre a situação econômica de determinado local. Sendo assim, o PIB real é a variável macroeconômica que expressa esta situação e permite estabelecer a relação de variação dos dados durante os períodos analisados.

Diante do exposto, Mendes (2009) esclarece que para agregar bens e serviços em uma mesma conta, somente com os preços de mercado correntes pode-se mensurar o somatório do produto. Contudo, para uma análise que envolve outros períodos a serem analisados, deve-se eliminar a incidência de inflação sobre os preços correntes para estimar a variação real que ocorre na produção dos bens e serviços.

A utilização da variável PIB real mostra na realidade o que teria ocorrido caso as quantidades fossem modificadas, ou seja, as quantidades transacionadas no período e valoradas aos preços médios daquele período. Essa variação apresenta o crescimento ou decréscimo do produto interno bruto do local analisado.

Para maior eficiência nos dados a serem analisados, o PIB real indica os números da produção interna que, através destes, podem apresentar indicadores de bem-estar social e crescimento econômico (MANKIW, 2018).

Contudo, para uma análise mais assertiva de crescimento econômico, os valores do PIB a serem analisados devem sofrer alterações, ou seja, deve-se eliminar a incidência de variação de preços nos períodos em análise.

Como observaram Feijó e Ramos (2013), para que ocorra essa avaliação dos dados do PIB real, é utilizado o valor do preço médio de um determinado período. Isso ocorre, pois quando uma sequência de períodos é analisada, escolhe-se um ano-base, o qual é considerada uma inflação igual a todos os demais períodos. Para isso, os valores dos demais períodos serão corrigidos para o período considerado como referência. Sendo assim, a evolução do PIB real entre períodos, é deflacionada e representa essa variação de preços na economia.

Entretanto a correção dos valores faz-se necessário, e para isso escolhe-se o ano base e corrige-se os demais valores. Os resultados encontrados permitirão a análise de crescimento real da economia em referência.

O cálculo do PIB real na economia pode ser representado conforme a equação abaixo, onde o PIB nominal representa os valores do período corrente em análise, o qual será corrigido, e o índice geral de preços é o deflator, o qual representa a inflação do período, a exemplo dá-se o Índice Geral de Preços (IGP) ou Índice de Preços do Consumidor (IPC) (VASCONELOS; GARCIA, 2019).

$$\text{PIB Real} = (\text{PIB Nominal} / \text{Índice geral de preços}) \times 100 \quad (4)$$

Desse modo, a deflação do PIB faz-se necessária para expressar o crescimento real de uma economia, de forma a possibilitar melhor entendimento das séries e permitir a comparação desse crescimento com outras nações do mundo.

2.3 A ATIVIDADE SEGURADORA

O desenvolvimento natural da vida dos seres vivos se deu através da necessidade de viver em grupo, para buscar a proteção e segurança para sua sobrevivência. O homem, com seu instinto próprio de medo, insegurança e conservação da vida, buscou meios para sua autoproteção e a luta pela sobrevivência.

Os seres humanos, em seus históricos primitivos, criaram mecanismos de autoproteção, não só de animais e pragas, mas também dos fatores da natureza como terremotos e temporais. Desse modo, somente aqueles que estavam mais preparados eram os que sobreviviam. Com a evolução natural, os indivíduos começam a se

relacionar em grupos e buscam por viver em regiões que proporcionem proteção e melhores condições para sobreviver às intempéries naturais. O mutualismo é o fator predominante para constituir reservas e dividir os riscos de acontecimentos não previstos (SOUZA, 2001).

A convivência mútua e a busca por minimizar as perdas e riscos dão início ao pensamento de criar mecanismos que amparem os fatos indesejáveis e, algumas vezes imprevistos. Desse modo, o seguro é baseado no conceito de compartilhar o risco, através de acordos que assegurem a garantia de um bem.

2.3.1 História do Seguro

A origem do seguro no mundo possui registros históricos desde a época da sociedade primitiva, onde seres humanos viviam em grupos e buscavam a proteção de sua legião. A incerteza do desconhecido e a insegurança faziam parte da vida do homem desde o primórdio e esse homem teve que aprender a viver, em busca da sua sobrevivência.

Souza (2001), com o intuito de proteção, define que o seguro é baseado no comportamento e na divisão do risco. Sua origem recorre ao passado, nos comerciantes do século XIII a.C. A preocupação estava submetida aos camelos utilizados nas travessias dos desertos com mercadorias, pois havia o medo de que esses animais fossem perdidos por desaparecimento ou morte. Tendo em vista essa incerteza, os comerciantes firmavam acordos, nos quais quem perdesse um camelo na travessia receberia outro animal, pago em conjunto pelos demais comerciantes.

Os acordos realizados entre comerciantes proporcionavam a certeza de que, caso ocorresse algo com os camelos, nem tudo estaria perdido. Garantindo dessa forma a remuneração para sua sobrevivência.

Em épocas seguintes, na Babilônia, os navegadores associavam-se entre si e resguardavam os navios que fossem perdidos em alguma tempestade durante o trajeto, essa forma de associação proporcionava condições de segurança e tranquilidade aos navegadores. No passar dos anos, os povos hebreus e fenícios também criaram um sistema que compensaria as embarcações, o qual repunha as eventuais perdas e danos causados nas navegações. Até então, as práticas realizadas eram assistências mútuas, com base na solidariedade e compensação (VIEIRA, 2010).

Na idade média, com a evolução do pensamento de salvaguardar as embarcações, os banqueiros forneciam empréstimos aos navegadores para proteger seus bens, e caso esses navios chegassem ao destino sem danos, eles deveriam devolver aos banqueiros valores com elevadas taxas de juros. A igreja católica proibiu essa prática de mutualismo, pois previa que somente a vontade divina poderia reduzir as desgraças e incertezas do homem (SOUZA, 2001).

Sendo assim, na mesma época, com a crescente necessidade das navegações e a busca por terras através dos mares, a necessidade de proteção aumenta. A incerteza e o medo perpetuavam com os navegantes, a fim de não perderem seus bens.

Com essa necessidade, Azevedo (2008) explica que, com a busca por minimizar suas perdas, o homem insere o primeiro “seguro”, de uma forma embrionária, registrada no Código de Hamurabi, por volta do ano de 1700 a.C. Esse código contemplava leis civis, militares, políticas e comerciais e, com isso promoveu a criação de uma associação que ficava responsável por dar um novo barco aos comerciantes que perdessem o seu em consequência dos intempéries da natureza, e um novo animal aos comerciantes que também o perdessem durante as travessias no deserto.

A partir de então, diversos acordos foram firmados mutuamente entre navegadores, agiotas e banqueiros. Porém, essas relações de troca tinham a necessidade de serem acordadas com registros e regras para os acontecimentos.

Como solução, constituem-se sociedades banqueiras que posteriormente deram origem as seguradoras, as quais intermediavam as negociações de proteção marítima. E no ano de 1293 d.C., o Rei D. Diniz instituiu o primeiro contrato de seguro, para as navegações, em Portugal. Entretanto, somente em 1318 em Genova, foi gerada a primeira apólice de seguro marítimo. Foi a partir do século XIV que começam a surgir as sociedades seguradoras, semelhantes as companhias que existem atualmente. O primeiro escrito de normas sobre seguros foi na França, no século XVI, o *Guidon de la Mer*, e o seguro marítimo foi um dos pilares das grandes navegações e descobrimentos dos séculos seguintes (CONTADOR, 2007).

Os seguros no mundo evoluíram juntamente com o homem, desde os primórdios, o comércio entre povos dependia da travessia de camelos no deserto e navegações. Essa prática de mutualismo foi adaptada ao passar do tempo, sendo

exercida pelos povos fenícios e hebreus, chegando a Idade Média mais aprimorada, e permitiu a formação de sociedades de banqueiros.

A atividade legalizada de seguros foi iniciada pelos italianos e espanhóis. Percussores da navegação e detentores do comércio marítimo por vários anos, iniciaram a comercialização de seguro marítimo, sendo o primeiro contrato formalizado em italiano na cidade de Génova, em 1347. Porém, somente no ano de 1667, em Londres na Inglaterra, um incêndio em Londres que destruí mais de 13.000 residências e igrejas, incentivou a necessidade de criar um seguro contra perdas por incêndio. Com isso, no ano de 1684 em Londres, surge a primeira companhia de seguros contra incêndios (PADOVEZE; FRANCISQUETTI, 2019).

Por um longo período a atividade seguradora foi pouco desenvolvida, foram necessários mais de 300 anos para nascer um novo ramo de seguros. Entretanto, com o surgimento dos seguros contra incêndio, o desenvolvimento do setor iniciou sua ampliação e participação no mercado, sendo uma atividade econômica atenta as novas demandas, e que cresce até os dias atuais.

Para melhor funcionamento da ordem econômica, houve a necessidade de regular as atividades. Nessa época, novos pensadores surgem nas diversas linhas de pensamentos, em busca de novos horizontes e soluções.

Contudo, Souza (2001) destaca os grandes pensadores, matemáticos, estatísticos e físicos que possibilitaram a formação das ciências atuariais, fundamentais na evolução da atividade seguradora no mundo.

Os registros na história dos seguros são antigos e retratam desde os primórdios a necessidade da proteção e minimização de riscos. Com o passar dos anos e aumento das descobertas, o mundo evoluiu em diversos aspectos, o que proporcionou a sociedade atual mecanismos de convivência e sobrevivência que foram aprimorados e são utilizados atualmente. O seguro faz partes dessas evoluções, o qual proporciona a proteção contra riscos e imprevistos, mantendo seu objetivo desde seu início.

2.3.2 O seguro no Brasil

O Brasil, descoberto no ano de 1500 por uma embarcação que buscava encontrar as Índias, foi por muitos anos a colônia de Portugal. Nessa história da navegação, o Brasil colônia abrigava os bens primários que eram enviados a Portugal

para comercialização, e era um local fechado ao comércio. A chegada da família real à colônia de Portugal promulgou a abertura dos portos ao comércio externo, o que mudou as relações de trocas do país.

Com a abertura dos portos no Brasil, os primeiros contratos de seguros no país foram firmados. Entretanto, a primeira seguradora a estabelecer-se no Brasil foi a Companhia de Seguros Boa Fé, no ano de 1808, localizada na Bahia onde havia a maior concentração de embarcações da época. A companhia de seguros Boa Fé atuava somente com seguros marítimos, o primeiro ramo comerciável de seguros no país (SOUZA, 2001).

A estadia da família real no Brasil auxiliou na entrada de empresas estrangeiras que pudessem comercializar seguros no Brasil. Essa abertura possibilitou a entrada de capital e a necessidade de criação de regulamentações para organizar a atividade no país.

Conforme Azevedo (2008) o inicial processo de industrialização e urbanização do Brasil, resultante da cultura cafeeira, permitiu a expansão do mercado segurador nacional, despertando interesse em seguradoras estrangeiras. Inicialmente instalaram-se no Brasil 33 seguradoras estrangeiras, sendo três portuguesas, dezenove britânicas, sete alemãs, duas americanas, e uma resseguradora, sendo essa última suíça.

Nesse momento da história, diversas seguradoras estrangeiras instalam suas filiais no país, e iniciam a comercialização de seguros. Porém, até o presente momento histórico, o país não tinha regras de comercialização de seguros, o que só foi regularizado anos depois.

No mesmo ano de 1808, surgem a seguradora Conceito Público e em 1818, a seguradora Indenidade, as quais também obedeciam às *Regulações da Caza dos Seguros de Lisboa*. Após a Independência do Brasil, foi instituído o primeiro decreto que regulamenta a operações de seguros no país. Esse regulamento também concedeu autorização para a atuação da companhia de Seguros Mútuos Brasileiros, permitindo assim a comercialização de seguros de vida. Até o ano de 1850, o seguro de vida de homens livres era proibido, somente eram comercializados seguros para escravos, pois na época eram considerados objetos. Esse seguro foi liberado para comercialização a partir da regulação da companhia de seguros Tranquilidade no ano de 1855, a qual pode comercializar seguros de vida para escravos e homens livres (CONTADOR, 2007).

O mercado segurador no Brasil foi instalado de forma tardia, chegou no país com os moldes do seguro dos países referência da época, como Portugal, Londres e Inglaterra, sendo comercializado de forma limitada e sem regulamentação própria. O mercado evolui a partir de então, seguindo os países em desenvolvimento, no início do século XXI.

A manutenção da organização econômica e financeira do país necessita da participação de órgãos reguladores que auxiliam na fiscalização e controle das atividades. No mercado segurador existe a fiscalização da atividade através dos órgãos responsáveis e que estão vinculados ao governo federal.

Com o início das atividades de seguro no país, o Código Comercial Brasileiro previa a proibição da comercialização do seguro de vida. Porém, no ano de 1855 houve uma mudança no Código Comercial, o qual permitiu a disseminação do produto, desde que o mesmo não fosse comercializado junto com o seguro marítimo. Com isso o setor de seguros teve um aumento nos seus prêmios, elevando a entrada de empresas estrangeiras que vieram ao Brasil para comercializar seguros. A entrada de sociedades seguradoras estrangeiras, com suas sucursais instaladas em território brasileiro, gerava receitas e enviavam seus lucros ao exterior. Devido a essa evasão de divisas, com o objetivo de proteger a economia nacional, o governo cria a Lei 294 de 05 de setembro de 1895, a qual previa que os recursos arrecadados no Brasil através da comercialização dos seguros de vida, deveriam ser aplicados no país (NORBIM, 2014).

Essa regulamentação fez com que as seguradoras estrangeiras se adaptassem como empresas nacionais e constituíssem reservas no Brasil. Dessa forma, o governo brasileiro necessitava da criação de diretrizes que regulassem a atividade seguradora no país, a fim de não prejudicar a economia local e alavancar o crescimento econômico. Além da regulação da atividade, o aumento de viagem marítimas e conseqüente aumento do seguro marítimo, permitiu a atuação de seguradoras estrangeiras no Brasil que gerassem receita ao país.

2.4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A organização da circulação da moeda na economia do Brasil é fiscalizada e regulamentada através dos órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional

(SFN). As instituições vinculadas a esse sistema, viabilizam os recursos da economia brasileira e fazem a manutenção das atividades.

O Sistema Financeiro Nacional “é um conjunto de órgãos e instituições que tem como objetivo a execução de regras elaboradas para garantir o desenvolvimento econômico do Brasil” (MACHADO, 2015, p. 6). Sendo assim o Sistema Financeiro Nacional intermedia os recursos entre os diversos agentes econômicos, com o objetivo de buscar eficiência e estabilidade na economia.

O SFN responde ao Conselho Monetário Nacional (CMN) que é o órgão responsável por formular as políticas econômicas e manter a estabilidade da moeda, sendo que o CMN faz parte do ministério da economia do país. Contudo, a hierarquia do sistema faz-se necessária para organizar a estrutura de atuação das entidades normativas, supervisoras e de operação.

Sendo assim, a estrutura do Sistema Financeiro Nacional pode ser dividida em órgãos normativos, supervisores e operadores. Dessa forma, os órgãos normativos determinam as regras gerais do sistema econômico, e é composto pelos agentes normativos: Conselho Monetário Fiscal (CMF); Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Os órgãos de supervisão, têm por objetivo executar os acordos e fiscalizar as entidades para que cumpram as regras do sistema, é composto pelos agentes: Banco Central do Brasil (BACEN); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Para melhor organização dos sistemas, as entidades são subdivididas em órgãos que atuam na construção de normativas que darão base ao regulamento nacional. E as instituições supervisoras darão suporte ao sistema para que as normas sejam cumpridas conforme segue o regulamento e as leis. Por fim, para a execução dos serviços são necessários os órgãos de operação, que nele pertencem todas as demais instituições financeiras, monetárias ou não, oficiais ou não, e instituições auxiliares.

Conforme o Portal do Investidor (2020), os órgãos operadores são as instituições que operam no mercado financeiro nacional, ofertando os serviços. Fazem parte do sistema as instituições: bancos de câmbio, bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimentos, corretoras de câmbio,

administradora de consórcios, cooperativas de crédito, corretoras e distribuidoras de títulos de valores mobiliários, e instituições não bancárias.

A Figura 1 mostra a estrutura dos órgãos normativos e supervisores que fazem parte do Sistema Financeira Nacional. O modelo apresentado a seguir demonstra os órgãos participantes do sistema no ano de 2019. Porém, no ano de 2020, o Banco Central do Brasil modificou parte da estrutura operacional e classificação das entidades participantes.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

A figura acima demonstra os órgãos e entidades responsáveis por exercer suas atividades no SFN, é composto por três órgãos normativos que ditam as regras do sistema para que os quatro órgãos supervisores executem as atividades de controle e supervisão. As entidades de operação distribuem ao mercado nacional o

crédito para a manutenção da economia do país. Ao longo do tempo, até o ano de 2019, as entidades de operação estavam enquadradas conforme a ilustração exposta acima, entretanto no ano de 2020 o BACEN alterou parte da estrutura organizacional.

A partir de então, na composição das entidades operadoras do sistema, as instituições de pagamento são excluídas da estrutura, visto que essas instituições já não faziam parte do SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, o BACEN atua como supervisor das seguintes entidades operadoras: bancos e caixas econômicas, cooperativas de crédito, *fintechs*, administradoras de consórcios, corretoras e distribuidoras de títulos de valores mobiliários, e instituições não bancárias. Os demais órgãos supervisores, sendo eles CVM, Susep e Previc mantém suas entidades de operação para seu controle e atuação no mercado econômico do país.

O bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional depende da execução dos órgãos que compõem esse sistema. São responsáveis pela execução do que é proposto com sua conseguinte normatização e fiscalização.

2.4.1 Sistema Nacional de Seguros Privados

Os seguros no Brasil são normatizados pelo CNSP, e supervisionados através da SUSEP. São eles que ditam, normatizam e supervisionam a operação da atividade. Sendo assim, esses órgãos fazem parte de uma estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados.

As operações de seguros privados no Brasil, apresentam uma estrutura hierárquica a qual normatiza, fiscaliza e intermedia a atividade seguradora. O Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), responde para o Ministério da Fazenda, e é composto pelos órgãos: Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), como órgão normativo; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), como órgão supervisor; seguradoras e resseguradoras, entidades abertas de previdência privada, sociedades de capitalização, como operadores (PORTAL DO INVESTIDOR, 2020).

As diretrizes e normas são criadas e cada órgão tem uma função específica para atuar no sistema financeiro e operar para colocar em prática aquilo que foi definido. Sendo assim, cada instituição tem sua função para atuar no mercado segurador, sendo necessário cumprir os requisitos estabelecidos pelo sistema.

De acordo com o Artigo 5º do Decreto Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, o Sistema Nacional de Seguros privados objetivará a política: de promover a expansão do mercado de seguros e propiciar condições operacionais necessárias para sua integração no processo econômico e social do país; evitar a evasão de divisas, pelo equilíbrio do balanço dos resultados do intercâmbio, de negócios com o exterior; promover o aperfeiçoamento das sociedades seguradoras; preservar a liquidez e a solvência das sociedades seguradoras; coordenar a política de seguros com a política de investimentos do governo federal, observando os critérios estabelecidos para as políticas monetária, cambial e fiscal.

O decreto estabelecido dita as regras para o funcionamento da atividade no país. O funcionamento da atividade é regulado por lei, e tem o objetivo de organizar os serviços comercializados, mantendo o equilíbrio econômico do país na atividade em referência.

2.4.2 Conselho Nacional de Seguros Privados

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) integra o Sistema Nacional de Seguros Privados e responde ao Ministério da Fazenda. Este órgão é o maior responsável pelo desenvolvimento e funcionamento setor.

Segundo Norbim (2014), com a instauração do Decreto nº 4.270 de 10 de dezembro de 1901, através do Regulamento Murtinho, implanta-se o órgão regulador denominado Superintendência Geral de Seguros, o qual tem por objetivo a regulamentação das sociedades seguradoras que atuam no país nos ramos de seguro de vida, marítimo e terrestre. Esse órgão, posteriormente é substituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Contudo, a organização do sistema financeiro que atua na regulação da atividade seguradora no Brasil, é composta hierarquicamente por organizações públicas responsáveis pela fiscalização e manutenção do setor. O relacionamento operacional entre as estruturas responsáveis por essas regulações, estão atrelados ao Ministério da Fazenda do país.

O CNSP é composto pelas autoridades: Ministro da Fazenda, ou seu representante; representante do Ministério da Justiça; representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); representante do Banco Central do Brasil; representante da

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este conselho é presidido pelo ministro de Estado da Fazenda, e em sua ausência o superintendente da SUSEP assume a presidência (NORBIM, 2014).

O conselho é responsável por fixar as diretrizes e normas estabelecidas, orientando assim os demais órgãos para o melhor funcionamento do sistema.

Ao fixar as diretrizes e normas das políticas de seguros, o CNSP tem como objetivos (i) promover a expansão do mercado em conformidade com o crescimento do país; (ii) buscar reciprocidade nas operações, condicionamento a autorizações para o funcionamento das empresas estrangeiras à igualdade de condições no país de origem; (iii) coordenar a política de seguros com a política de investimentos do Governo Federal; e (iv) preservar a liquidez e a solvência das sociedades seguradoras (SOUZA, 2001, p. 43).

O Conselho Nacional de Seguros Privados ao estabelecer as normas instituídas deve relacionar-se com os demais órgãos para buscar o perfeito acompanhamento e execução do estabelecido. Por ser um conselho composto de cargos do Sistema Financeiro Nacional, as decisões tomadas são levadas ao sistema como um todo, contribuindo assim com a economia brasileira do país.

2.4.3 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) está hierarquicamente abaixo do Conselho Nacional de Seguros Privados. A SUSEP atua diretamente no mercado segurador e também está vinculada ao Ministério da Economia, foi criada pelo Decreto-lei nº 73 de 21 de novembro de 1966.

A SUSEP tem como missão desenvolver os mercados supervisionados, a fim de assegurar a estabilidade e os direitos do consumidor, e tem como atribuição a fiscalização e atuação no setor de seguros privados. Busca por proteger a captação de poupança nacional efetuada através das operações de seguro, previdência aberta, de capitalização e resseguro (SUSEP, 2020).

Contudo, a SUSEP ao executar suas diretrizes, promove a organização da atividade seguradora, e beneficia as entidades que atuam de forma correta, respeitando as normas de atuação. Sendo assim, o órgão busca por reparar erros no sistema e inibir fraudes que comprometam o bom funcionamento da atividade.

Além disso, a SUSEP tem o propósito de executar as políticas criadas e definidas pelo CNSP, trata-se de “uma autarquia [...] responsável pela regulação,

supervisão, controle, fiscalização e incentivo das atividades de seguro [...], previdência complementar aberta, a capitalização e o resseguro” (CONTADOR, 2007, p. 92).

Para o bom funcionamento do setor e da economia geral, os órgãos responsáveis por cada etapa do processo, devem ter um bom relacionamento entre si para a excelência da execução das diretrizes do sistema. Sendo assim, a estrutura do Sistema Nacional de Seguros é necessária para o seu funcionamento e divisão das obrigações estabelecidas no processo.

2.5 SEGMENTOS DE SEGUROS COMERCIALIZADOS

O seguro no Brasil apresenta diversos segmentos de comercialização de produtos, os quais englobam modalidades tanto para pessoas físicas como jurídicas. Os seguros que são direcionados ao público final, são classificados como seguros individuais, pois destina um produto para uma única pessoa física ou jurídica. Já para as sociedades seguradoras, as quais também necessitam de seguros para precaverem-se de seus eventuais sinistros, são destinados os resseguros.

2.5.1 Seguros Individuais

No Brasil, o mercado segurador apresenta diversos segmentos de seguros, os quais são divididos em categorias, que englobam outras modalidades de seguros. Essas categorias são contabilizadas separadamente, pois as análises de cada risco, perante a SUSEP, são analisadas de acordo com a categoria do risco.

Conforme a SUSEP (2020), os ramos são classificados em: seguros de auto (automóvel; moto; caminhão; frotas veiculares; carta verde); compreensivos (residencial; empresarial; condomínio; responsabilidade civil geral, engenharia, profissional, ambiental; equipamentos); danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, DPVAT; financeiros (fiança locatícia, garantia, crédito interno; crédito externo); grandes riscos; habitacional; de pessoas (assistência funeral; vida individual, em grupo, global; acidentes pessoais; viagem; prestamista; educacional); rural (agrícola; florestal; benfeitorias; propriedades rurais; maquinário) transportes (terrestre; aéreo; marítimo); e demais ramos (satélites; risco cibernético; hangar; aeronáutico; entre outros).

Os seguros individuais podem ser feitos para pessoas físicas ou jurídicas, sendo a seguradora autorizada quem comercializa o ramo desejado. São diversos

ramos que se adaptam as diversas atividades econômicas do país, e o seguro tem o objetivo de dar garantia de solvência ao contratante.

2.5.2 Resseguros

O resseguro, trata-se de um seguro do seguro, feito pelas seguradoras através de resseguradoras, para salvaguardar um risco assumido. Ambas as partes acordando o risco, o seguro e o resseguro são feitos, sendo o seguro que é feito através do corretor de seguros e o resseguro que é responsabilidade da seguradora.

Conforme a Confederações Nacional das Seguradoras, CNSeg (2020), o resseguro é um contrato no qual uma sociedade resseguradora assume o compromisso de indenizar uma seguradora, a qual é a cedente do risco, os danos que possam vir a ocorrer em decorrência de um eventual sinistro em suas apólices. O resseguro pode ser contratado conjuntamente, o qual cobre diversas apólices, sendo um resseguro para a carteira de seguros, ou então um resseguro de um grande risco específico, o qual uma sociedade seguradora cobre um risco isoladamente.

Sendo assim, o resseguro é uma precaução para um eventual nível de indenizações, o qual supera as expectativas financeiras de uma companhia de seguros, para garantir sua sobrevivência financeira. O resseguro se torna necessário para garantir a liquidação de sinistros ao segurado, pulverizando assim o grande risco e também para preservar a estabilidade e os resultados das seguradoras.

A presente seção abordou os assuntos que englobam a atividade econômica e seguradora no Brasil, especificando a composição do sistema de atuação dos seguros e os órgãos participantes do SFN. Além disso, o capítulo trouxe a definição do Produto Interno Bruto e suas atribuições e valoração da atividade econômica no país, assim como os autores influentes em teorias de crescimento econômico. Com isso, o capítulo seguinte visa especificar a evolução do mercado segurador ao longo do tempo, expondo a ampliação dos serviços e sua participação no mercado.

3 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL

O mercado segurador brasileiro encontra-se em constante evolução e apresenta avanços substanciais em relação a gama de produtos oferecidos, além de mostrar participação crescente no PIB do país. O desempenho financeiro alcançado está diretamente vinculado a estabilidade econômica do setor e o incentivo a acumulação de capital. O dinamismo da atividade contribui para maior eficiência do sistema financeiro nacional, e os recursos quando alocados de forma eficiente, visam a formação de poupança e crescimento econômico.

No presente capítulo, a atividade econômica será descrita através da evolução dos seguros comercializados, seguido das principais características que este mercado detém e seus principais tipos de seguros comercializados. Como explanação do assunto, será apresentado as indenizações decorrentes dos seguros contratados e principais externalidades que o mercado apresenta, como forma de contribuir com o avanço da atividade.

3.1 ATIVIDADE SEGURADORA NA ECONOMIA BRASILEIRA

A implantação de cada modalidade de seguros no Brasil é datada a partir do seu registro na SUSEP, a qual permite a comercialização de um segmento específico de seguro e sua evolução. Essas modalidades são incluídas a cada instante, devido a demanda da população com a necessidade de assegurar novas atividades financeiras, bens materiais e pessoas. Sendo assim, a atividade permite a incorporação de novos ramos de seguros, desde que acatados pela SUSEP, que regula a comercialização e execução da atividade.

A operação do mercado de seguros está confiada às seguradoras, que são empresas responsáveis por avaliar o risco e comercializar os seguros. A atividade visa atender diversos setores econômicos, e garantem a proteção contra as eventualidades de riscos que possam afetar o funcionamento de atividades econômicas e famílias. Esta mutualidade de troca de riscos entre empresas e pessoas, constituem o mercado de seguros e efetivam a atividade geradora de receitas e popança no país.

Conforme o 7º relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados da SUSEP (2019), o mercado segurador apresenta crescimento substancial no volume de receitas geradas e crescente participação no PIB, visto que

o mercado é composto por produtos de seguros gerais: de acumulação, onde enquadram-se os produtos de previdência tradicional, PGBL e VGBL; e de capitalização. Entretanto o presente trabalho abordará somente os dados dos seguros gerais para análise.

Dessa forma, a atividade seguradora no Brasil é vasta e contempla todos os segmentos econômicos de atuação e pessoas de todas as classes sociais, as quais conseguem adquirir produtos de acordo com seu perfil e necessidade. Esse abrangente perfil da atividade permite que sua contribuição na economia brasileira ocorra de forma inclusiva e com ampla responsabilidade.

3.1.1 Características do mercado segurador

O mercado de seguros representa uma demanda por proteção de um risco, e essa demanda pode ser alterada por fatores externos que influenciam a decisão de assegurar algo. O segmento de seguros permite a formação de poupança através de prêmios gerados no setor e fomentam o desenvolvimento financeiro do país.

A demanda agregada do setor e crescimento financeiro surgem do intuito de reduzir perdas futuras no patrimônio e renda de famílias e empresas, com isso favorece a estabilidade de consumo e confere mais segurança para as decisões de consumo e investimento. Com a estabilidade de renda que o seguro pode proporcionar, as famílias e empresas sofrem estímulos para realizar investimentos, uma vez que estão protegidas de eventuais perdas. Essa constante busca por proteção pode ser influenciada por fatores culturais, religiosos, de demografia, desenvolvimento econômico ou tecnologia, são esses fatores que esclarecem a necessidade de precaver-se de um risco futuro e incerto que pode acometer em problemas com perdas de renda e patrimônios (CONTADOR, 2007).

Com este intuito de proteção, a demanda por seguros pode ajudar a explicar as flutuações financeiras que ocorrem nesse setor. E esta atividade econômica, que integra diversos setores produtivos da economia, torna-se fonte geradora de poupança e investimentos internos, que permite a realocação de recursos e geração de riqueza.

Para o melhor funcionamento da atividade seguradora e alocação dos recursos gerados, torna-se necessário a organização do setor e da cadeia produtiva. A hierarquia deste setor produtivo é composta por entidades que executam normas,

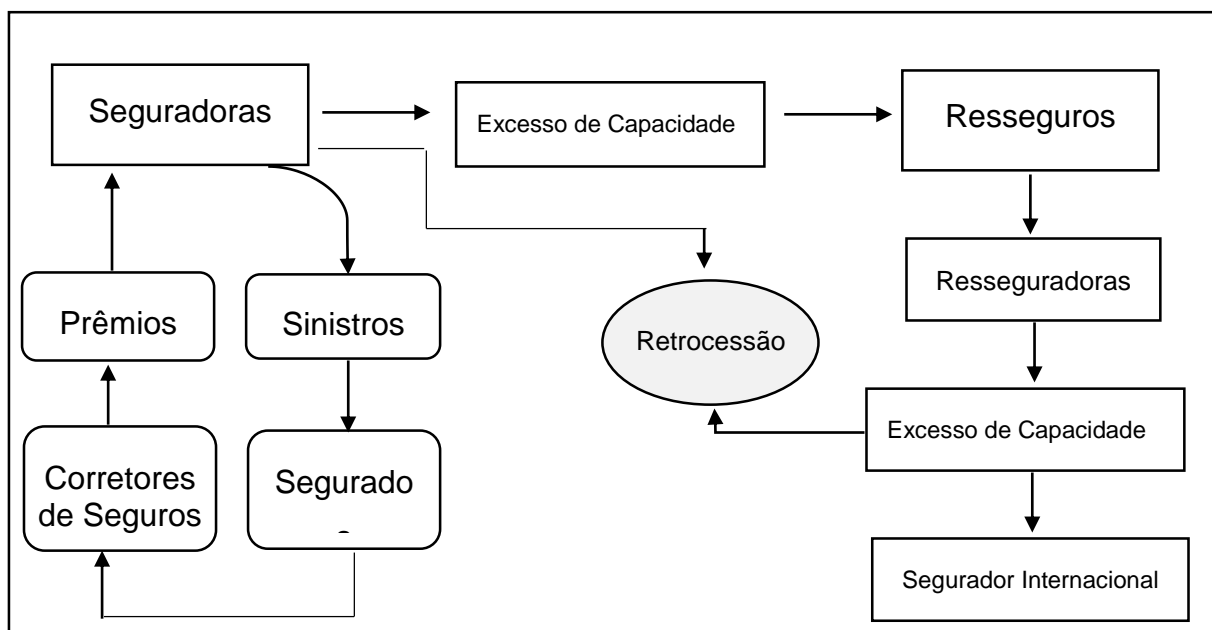
como visto na seção anterior, e entidades que são responsáveis por disseminar a atividade e operacionalizar a cadeia de produção.

Conforme o 8º relatório de acompanhamento dos mercados supervisionados SUSEP (2020), o mercado segurador é composto por entidades que são responsáveis pela atividade no país. Sendo assim, há 119 sociedades seguradoras responsáveis por avaliar o risco e conduzir a disseminação dos seguros no país, as quais respondem por sua atuação para a SUSEP. Como difusores da atividade de seguros, o país apresenta 52.188 corretores de seguros pessoa jurídica e 46.103 corretores de seguros pessoas físicas registradas na SUSEP para atuarem como provedores de venda dos serviços, e 25 corretores de resseguros que atuam na disseminação de contratos de resseguros entre as seguradoras. Além deles existe uma auto reguladora de corretores de seguros, que é responsável pela manutenção da atividade conforme as normativas estabelecidas. Por fim, o sistema possui 15 entidades abertas que controlam a atividade de previdência complementar, 17 sociedades de capitalização e 133 resseguradoras atuantes no país.

A atividade de seguros no país está inserida em um círculo virtuoso, o qual é importante ao sistema financeiro, pois este mercado permite a atuação de diversas empresas e pessoas para disseminar o seguro. Dessa forma, o sistema securitário apresenta uma estrutura fortificada para a propagação e comercialização do seguro. Porém, pelo fato de o seguro ser um risco incerto, as entidades seguradoras que detêm a comercialização de seguro no país, para precaverem-se do risco, muitas vezes recorrem a contratação de um seguro do seguro, ou seja, um resseguro.

A Figura 2 apresenta a cadeia produtiva do setor e destaca as áreas responsáveis pela atuação e disseminação dos seguros na economia brasileira, além de identificar o fluxo circular da atividade e os agentes atuantes na cadeia produtiva.

Figura 2 - A cadeia das operações de seguros



Fonte: Elaborada pela autora com base em Contador (2007).

Pode-se observar na Figura 2 o relacionamento operacional entre as instituições, onde as seguradoras são as receptoras dos prêmios adquiridos na venda de um seguro por um corretor de seguros, que intermedia a relação entre ambas as partes. Assim, a seguradora, através do contrato de boa-fé de um seguro, torna-se responsável pelo pagamento de sinistro em eventuais riscos que possam ocorrer. Dessa forma, as seguradoras baseiam-se em normas técnicas, e de acordo com os limites estabelecidos, faz-se necessário a contratação de um resseguro para precaver-se de eventuais riscos que comprometam a capacidade de pagamento da seguradora. Da mesma forma, as resseguradoras protegem-se do risco de solvência, e contratam seguros internacionais para precaverem-se em caso de excesso de sinistros. Essa troca de riscos causa o processo de retrocessão, que é o repasse ou a cessão das responsabilidades recebidas a outro.

Esse processo de troca de riscos ocorre quando o limite operacional de uma seguradora, estabelecido pela SUSEP, é excedido. Dessa forma, a seguradora tem o dever de repassar parte do seu risco absorvido para outra seguradora através do cosseguro ou para uma resseguradora através do resseguro (CONTADOR, 2007).

A operação de seguros é minuciosamente estruturada e possui entidades responsáveis para atuarem em cada setor da atividade. Basicamente, a comercialização de seguros depende, nessa ordem, dos segurados, corretores de seguros, seguradoras e resseguradoras, sendo essa última nacional ou internacional.

A Federação Nacional das Empresas de Resseguro, FENABER (2020) estabelece que do total das resseguradoras atuantes no Brasil, 16 delas são locais, ou seja, estão sediadas no país como sociedades anônimas, 41 delas são sociedades estrangeiras com mais de cinco anos de atuação no mercado internacional, e necessitam ter um local de sede no país, e outras 76 são resseguradoras eventuais, as quais atuam no mercado sem possuir sede estabelecida, porém precisam cumprir uma série de requisitos para seu funcionamento.

A esse respeito, as sociedades seguradoras são responsáveis pela geração de receita do setor. A atuação dessas faz-se fundamental para a geração de riqueza no país, pois trata-se de um setor econômico capaz de gerar poupança, fomentar a economia e garantir a manutenção dos valores dos ativos.

Com relação ao crescimento econômico provocado pelo setor de seguros, o Brasil permite que as seguradoras promovam desenvolvimento através de seus investimentos institucionais. Sendo assim, o setor tem como custo oportunidade um mercado caracterizado por ganhos financeiros que são oriundos de aplicações financeira. Isso ocorre devido a alguns de seus ramos de atuação proporcionarem investimentos de longo prazo e formação de poupança, por exemplo, o seguro de vida. A condição de investimentos, sejam eles de longo prazo, além de gerar retornos com ganhos de capital, podem proporcionar ao país a geração de poupança que contempla o desenvolvimento com investimentos em infraestrutura, saúde, educação (BORELLI; STOCCO, 2019).

Contudo, o segmento de seguros possui significativa participação no mercado financeiro e engloba diversas entidades e empresas responsáveis por disseminar os produtos. Este mercado consegue atender os mais diversos setores da economia e impacta positivamente no fomento da geração e renda, empregos e formação de poupança. No âmbito macroeconômico, o setor diversifica o risco global da economia, permitindo que as atividades econômicas e renda das famílias não sejam colapsadas por um risco não esperado.

3.1.2 Tipologia dos seguros

As operações realizadas no mercado de seguros podem promover a economia por diferentes meios de atuação com tipos de seguros específicos para cada atividade econômica. Entretanto, o progresso das atividades econômicas, das

tecnologias, do cotidiano, tem criado constantemente novos riscos, que ocasionam novas modalidades de seguros.

Conforme SUSEP (2016) estabelece que as operações realizadas no mercado segurador são alocadas em grupos e ramos que padroniza e normatiza as apólices de seguros no país. Além disso, a entidade estabelece a codificação dos ramos de seguro e dispõe sobre a classificação das coberturas nos planos de seguro, para fins de contabilização dos resultados obtidos. A SUSEP classifica os grupos e ramos para entendimento das sociedades seguradoras que formalizam os produtos e disponibilizam para comercialização. A classificação está disposta em:

- a) Grupos: trata-se do conjunto de ramos que possuem algumas características em comum;
- b) Ramo: Conjunto de coberturas diretamente relacionadas ao objeto ou objetivo do plano de seguro;
- c) Plano de seguro simples: contempla exclusivamente coberturas de um único ramo;
- d) Plano de seguro composto: contempla as coberturas do ramo principal e coberturas agregadas, que são submetidas em conjunto.

A Tabela 1 apresenta a classificação e a codificação dos grupos e ramos de seguros conforme a vigente CIRCULAR SUSEP nº 535 de 28 de abril de 2016. Essas informações são utilizadas pelo órgão para fins de contabilização dos planos de seguros comercializados.

Tabela 1 - Classificação dos grupos e ramos de seguros no Brasil

(continua)

GRUPO	NOME DO GRUPO	NOME DO RAMO
1	Patrimonial	Assistência - bens em geral
1	Patrimonial	Compreensivo Residencial
1	Patrimonial	Compreensivo Condomínio
1	Patrimonial	Compreensivo Empresarial
1	Patrimonial	Lucros Cessantes
1	Patrimonial	Riscos de Engenharias
1	Patrimonial	Riscos Diversos
1	Patrimonial	Global de Bancos
1	Patrimonial	Garantia estendida - bens em geral
1	Patrimonial	Riscos Nomeados e Operacionais
3	Responsabilidades	R.C. de administradores e Diretores - D&O
3	Responsabilidades	R.C. Riscos Ambientais
(continua)		
3	Responsabilidades	R.C. Geral

3	Responsabilidades	R.C. Profissional
5	Automóvel	Acidentes Pessoais de passageiros
5	Automóvel	Garantia Estendida – Auto
5	Automóvel	Carta Verde
5	Automóvel	Seguro Popular de automóvel usado
5	Automóvel	Automóvel – Casco
5	Automóvel	Assistência e Outras coberturas – Auto
5	Automóvel	Responsabilidade Civil Facultativa – RCFV
5	Automóvel	DPVAT
6	Transporte	Transporte Nacional
6	Transporte	Transporte Internacional
6	Transporte	RCO ônibus
6	Transporte	RCFV ônibus
6	Transporte	R.C. Transportador de carga Internacional
6	Transporte	R.C. Transportador Ferroviário
6	Transporte	R.C. Transporte em viagens internacional de pessoas transportadas ou não (Carta Azul)
6	Transporte	R.C. Transporte aéreo carga
6	Transporte	R.C. Transportador Desvio de Carga
6	Transporte	R.C. Transportador Aquaviário Carga
6	Transporte	R.C. Operador do Transporte Multimodal
7	Riscos Financeiros	Riscos Diversos – Financeiros
7	Riscos Financeiros	Stop Loss
7	Riscos Financeiros	Fiança Locatícia
7	Riscos Financeiros	Crédito Interno
7	Riscos Financeiros	Crédito à Exportação
7	Riscos Financeiros	Garantia Segurado - Setor Público
7	Riscos Financeiros	Garantia Segurado - Setor Privado
9	Pessoas Coletivo	Funeral
9	Pessoas Coletivo	Perda do Certificado do Habilitação de Voo
9	Pessoas Coletivo	Viagem
9	Pessoas Coletivo	Prestamista (Exceto Habitacional e Rural)
9	Pessoas Coletivo	Educacional
9	Pessoas Coletivo	Acidentes Pessoais
9	Pessoas Coletivo	Dotal Misto
9	Pessoas Coletivo	Doenças Graves ou Doença Terminal
9	Pessoas Coletivo	Dotal Puro
9	Pessoas Coletivo	Desemprego/Perda de renda (continuação)
9	Pessoas Coletivo	Eventos Aleatórios
9	Pessoas Coletivo	Vida
9	Pessoas Coletivo	VGBL/VAGP/VRGP/VRSA/VRI
10	Habitacional	Seguro Habitacional em Apólices de Mercado – Prestamista
10	Habitacional	Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas

(conclusão)

10	Habitacional	Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação
11	Rural	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Agrícola com cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Pecuário sem cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Pecuário com cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Aquícola com cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Floresta com cobertura do FESR
11	Rural	Seguro Floresta sem cobertura do FESR
11	Rural	Seguro da Cédula do Produtor Rural
11	Rural	Seguro Benfeitoria e Produtos Agropecuários
11	Rural	Penhor Rural
11	Rural	Seguro Animais
11	Rural	Seguro de Vida do Produtor Rural
13	Pessoas Individual	Funeral
13	Pessoas Individual	Perda do Certificado do Habilitação de Voo
13	Pessoas Individual	Viagem
13	Pessoas Individual	Prestamista (Exceto Habitacional e Rural)
13	Pessoas Individual	Educacional
13	Pessoas Individual	Acidentes Pessoais
13	Pessoas Individual	Dotal Misto
13	Pessoas Individual	Doenças Graves ou Doença Terminal
13	Pessoas Individual	Dotal Puro
13	Pessoas Individual	Desemprego/Perda de renda
13	Pessoas Individual	Eventos Aleatórios
13	Pessoas Individual	Vida
13	Pessoas Individual	VGBL/VAGP/VRGP/VRSA/VRI
14	Marítimos	Seguro Compreensivo para Operadores Portuários
14	Marítimos	R.C. Facultativa para embarcações
14	Marítimos	Marítimos (casco)
14	Marítimos	DPEM
15	Aeronáuticos	R.C. Facultativa para Aeronaves
15	Aeronáuticos	Aeronáuticos (casco)
15	Aeronáuticos	R.C. Hangar
15	Aeronáuticos	Responsabilidade do Explorador ou Transportados aéreo
15	Aeronáuticos	Satélites
16	Microssseguros	Pessoas
16	Microssseguros	Danos
16	Microssseguros	Previdência
17	Petróleo	Riscos de Petróleo
18	Nucleares	Riscos Nucleares
19	Saúde	Saúde – ressegurador local
20	Aceitações do Exterior	Aceitações do exterior
21	Sucursais no Exterior	Sucursais no exterior

A Tabela 1 sintetiza os tipos de seguros permitidos para comercialização no Brasil. O número do grupo, apresentado na primeira coluna da tabela, significa a ordem de classificação definida pela Susep e cada grupo apresentado pode possuir diversos ramos que são a base inicial de um seguro. No Brasil, os ramos de seguros apresentam ampla variedade, são classificados de acordo com a modalidade de seguro desejado.

Com base nisso, alguns grupos são mais comercializados e conhecidos no país que outros. Como exemplo, o grupo dos seguros patrimoniais tem como finalidade de reparar a perda financeira ocasionada pelo sinistro de bem ou imóvel segurado. Neste grupo engloba-se seguros de patrimônios físicos como: residência, empresas, condomínios. E a partir da contratação desses seguros, é permitido a alocação de coberturas adicionais que reparam perdas em caso de ocorrências indesejadas. Outro grupo de atuação ampla no país são os seguros de automóveis, que tem como objetivo o ressarcimento de um veículo em caso de colisão, incêndio, roubo ou furto, além de indenização dos prejuízos por ele causados a terceiros. A operação desta modalidade permite a contratação de coberturas adicionais que complementam o seguro (SUSEP, 2016).

O grupo de transporte, um dos maiores grupos apresentado na tabela 1, também contribui significativamente com a atividade de seguros. Esse grupo contempla indenizações decorrentes de prejuízos causados as cargas seguradas durante seu transporte em viagens aquaviárias, terrestres, aéreas em percurso nacional ou internacional, visto que a atividade de transportes contribui significativamente para o crescimento econômico do país.

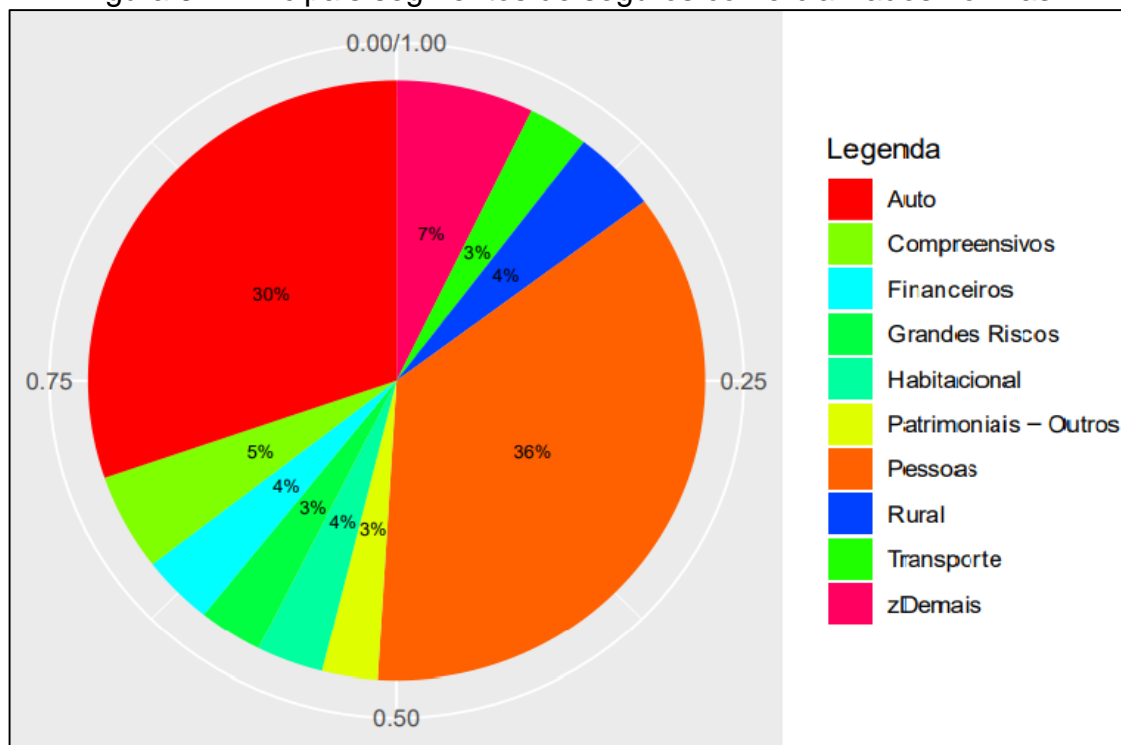
Destaca-se também, o grupo de seguros rurais, o qual é considerado um importante instrumento de política governamental no país, que permite o produtor proteger-se principalmente das intempéries da natureza. Essa cobertura merece destaque, pois a atividade agrícola e pecuária no Brasil, que é a principal atividade primária no país, são fundamentais para o crescimento econômico e financeiro.

Sendo assim, os grupos de seguros e ramos pertencentes a esses grupos expressam a condição de seguros oferecidos e regulados no país. Contudo, o objetivo geral é atender as necessidades do consumidor diante das possibilidades de prejuízos em função de algum risco indesejado, respeitando os limites contratuais.

A SUSEP (2020) elenca como principais grupos de seguros comercializados no país as modalidades que apresentam maior número de arrecadação de prêmios.

Sendo assim, a Figura 3 expõe em valores percentuais os principais segmentos de seguros no país, e que são essenciais para o desempenho da atividade.

Figura 3 - Principais segmentos de seguros comercializados no Brasil



Fonte: 8º Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados SUSEP (2020).

A análise da Figura 3 permite verificar que o seguro de auto e de pessoas são os segmentos mais influentes neste mercado e são responsáveis por mais de 60% dos seguros comercializados. Vale ressaltar que nessa figura são apresentados somente os principais ramos de seguros, em relação ao volume de prêmios arrecadados, com isso os percentuais são maiores se comparados a totalidade dos segmentos de seguros disponíveis no mercado.

Sendo assim, a tipologia do setor de seguros no mercado brasileiro é determinante para análises dessa atividade econômica, visto que permite verificar separadamente os principais segmentos e quanto eles influenciam a economia. A atividade seguradora é lembrada por alguns segmentos principais, que elevam a confiabilidade do setor, e permite que outros segmentos também sejam contratados.

3.1.3 Indenizações dos seguros

O contrato de um seguro compreende o benefício de ressarcimento do que foi segurado. Esse ressarcimento ao segurado ou contratante de uma apólice de seguro,

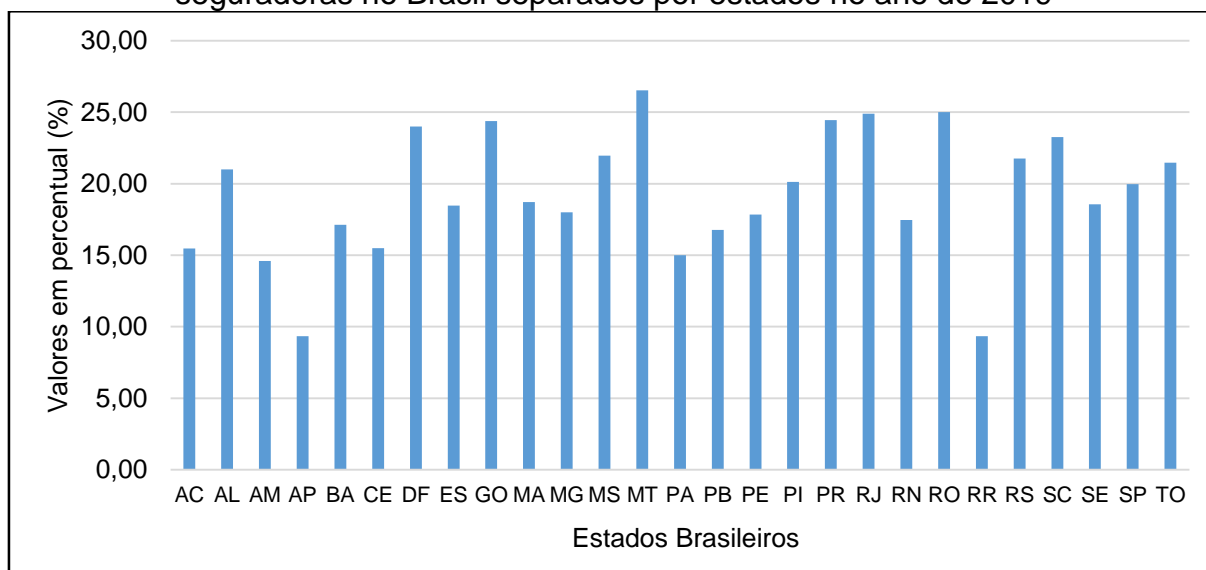
pode ser chamado sinistro, e esse sinistro é a indenização em valores monetários, o qual gera um reembolso financeiro ao segurado que contratou o seguro ou ao beneficiário da apólice.

A indenização de um seguro corresponde ao valor que a seguradora paga ao segurado ou beneficiário da apólice contratual, decorrente dos prejuízos oriundos de um sinistro. Ou seja, o valor do risco previsto que ocasionou dano ao que foi segurado. O pagamento de indenização é baseado no valor da importância segurada contratada na apólice, trata-se do limite máximo de indenização que a seguradora irá arcar na ocorrência deste evento (SOUZA, 2001).

O princípio da contratação de um seguro está atrelado as indenizações, pois sem a ocorrência de eventos que gerem prejuízo financeiro, o seguro não tem objetivo. A contratação de um seguro, independente de sua proporção, passa por uma análise da seguradora, pois ela deve prever o risco, antes de aceitá-lo, e na ocorrência dele, estar apta ao pagamento de indenizações.

O sistema estatístico da Susep (2020) permite verificar os resultados de sinistros indenizados no Brasil, em todos as modalidades de seguros. A Figura 4 apresenta o percentual de sinistros indenizados por estado brasileiro em relação aos prêmios arrecadados na totalidade dos seguros no ano de 2019.

Figura 4 - Indenizações de sinistros em relação ao prêmio arrecadado pelas seguradoras no Brasil separados por estados no ano de 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados estatísticos da SUSEP (2020).

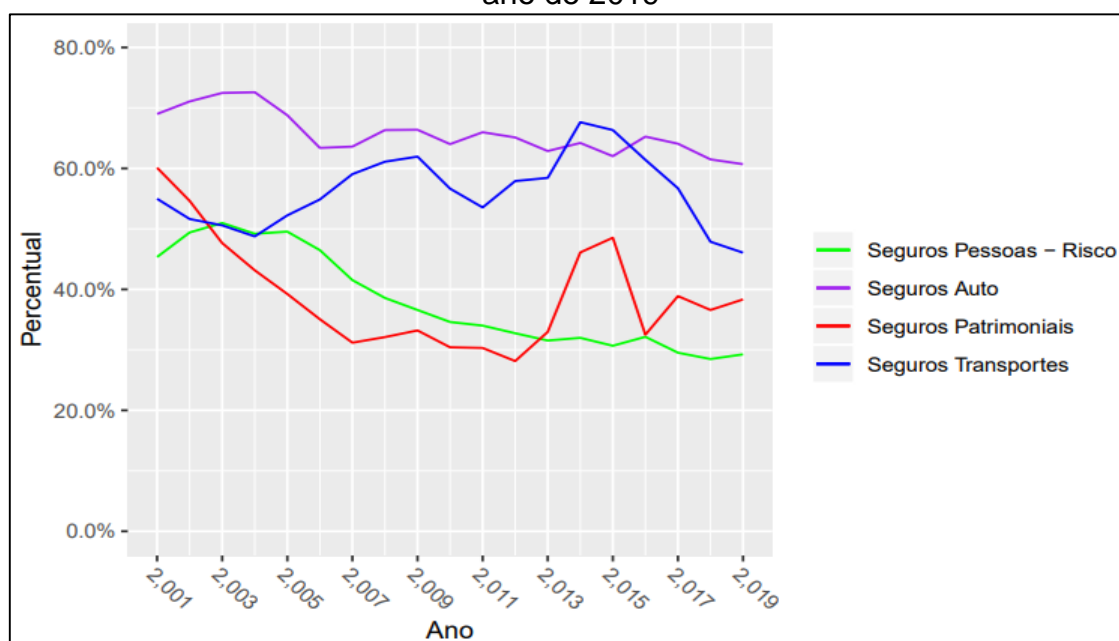
A figura acima mostra a relação percentual entre a totalidade dos valores de sinistros indenizados no ano de 2019 no Brasil em relação aos valores totais

arrecadados pelas seguradoras com a venda de seguros no mesmo ano. Com os dados apresentados, permite avaliar que as indenizações de seguros no Brasil variam entre 9% e 27% em relação a prêmio arrecadado. O restante do valor que não é utilizado para o pagamento de sinistros fazem parte das reservas das seguradoras que utilizam para pagamento de suas despesas comerciais, e aplicações de valores em fundos de investimento, colaborando para a formação de poupança no país.

Quando analisado individualmente os sinistros e os prêmios arrecadados por estados no país, percebe-se que essa relação varia significativamente entre um estado e outro. Independente do total de seguros comercializados e do total da população do estado, cada região tem suas características locais que são contabilizadas pelas seguradoras para a precificação atuarial de cada segmento de seguro (SOUZA, 2001).

No 8º relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados SUSEP (2020), é apresentado o gráfico do total de sinistros indenizados, agrupados nos principais ramos de seguros comercializados. A SUSEP expõe os dados em gráficos de linhas que buscam mostrar a evolução das indenizações de sinistros no país. A Figura 5 apresenta essa relação, vale ressaltar que novembro de 2013 a sinistralidade era medida pelo sinistro retido, e a partir dessa data passou a ser avaliada por sinistro ocorrido.

Figura 5 - Indenizações de sinistros nos principais ramos de seguros comercializados no Brasil em relação ao prêmio arrecadado pelas seguradoras no ano de 2019



Fonte: 8º Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados SUSEP (2020).

A partir dos dados apresentados é possível constatar constante oscilação entre os percentuais de sinistros indenizados em relação aos prêmios arrecadados. Além disso, os seguros de automóveis e transportes são os que exigem maiores reservas das seguradoras para indenizações. Percebe-se que os índices de indenizações estão elevados, porém nesse gráfico não são apresentados os sinistros de todas as modalidades de seguros, e sim somente os principais ramos elencados.

Contudo, as indenizações de seguros no Brasil são relativas quando comparadas por segmentos, região e arrecadação de prêmios. Na sua totalidade os prêmios arrecadados são maiores que as indenizações de seguros, e essa diferença de saldo permite as seguradoras arcarem com suas despesas de atuação e realocarem seus lucros e reservas financeiras na economia, fortalecendo o crescimento econômico do país.

3.1.4 Vantagens e desvantagens do mercado segurador

Externalidades geradas em uma economia dependem de fatores combinados que juntos alteram os resultados e promovem, ou não, benefícios a comunidade. Na atividade de seguros no Brasil as externalidades positivas e negativas também estão presentes, e sua participação na economia permite o desenvolvimento da economia país. Como fator positivo,

a participação do seguro no PIB é um dado importante não só para o setor como para a própria economia do país. Isto por que além de gerar empregos, dar segurança e garantir renda, bens e propriedades, as reservas técnicas são reinvestidas no mercado (SOUZA, 2001, p. 15).

Dessa forma, os valores adquiridos através da comercialização de seguros voltam para a economia, gerando um efeito multiplicador, ou seja, os recursos são indenizados aos segurados que tiveram alguma perda, e esse recoloca o valor na economia em forma de consumo e/ou poupança.

Sendo assim, a atividade seguradora busca fornecer além da proteção patrimonial e pessoal, um amparo que compreende desde o bem-estar social até o financeiro de famílias e empresas. Com isso, contribui efetivamente com a estabilidade econômica no país e o nivelamento dos padrões de consumo ao longo do tempo.

Além disso, a CNseg (2020) publicou outros benefícios gerados pela atividade seguradora no país como o emprego de mão de obra, transferência de perdas financeiras, contribuição com o aumento do nível de bem-estar social devido a aversão ao risco das pessoas e empresas, e auxílio ao governo com redução nas despesas da área da saúde, quando houver a contratação de seguro e planos de saúde.

Desta forma, a contribuição positiva do seguro na economia do país contribui efetivamente para promover o crescimento e a estabilidade econômica de empresas e famílias, além de aliviar o ônus do governo, em participações nos serviços sociais aos cidadãos com os sistemas de seguridade social, saúde e segurança. Nesse sentido, as empresas seguradoras investem suas reservas técnicas e contribuem com a liquidez e formação de poupança no país.

Ao mesmo tempo que as externalidades positivas atuam como fator de crescimento para o país, as desvantagens da atividade seguradora também podem afetar os resultados. Em detrimento disso, pode-se elencar como externalidade negativa as perdas financeiras decorrentes das seguradoras, que por terem déficit em suas contas, irão repassar custos mais elevados aos segurados. Paralelo a isso, as perdas financeiras podem estar elencadas ao próprio segurado, que no momento da contratação do seguro, omitiu informações relevantes a precificação do risco e, ao ser ressarcido pela seguradora contribuiu com o aumento do resultado operacional negativo (CNSEG, 2020).

Nesse ímpeto, a atividade seguradora, por emitir contratos de seguros com base na boa fé de quem o fez, sofre com a deficiência das informações geradas e tem por obrigação o repasse dos custos operacionais para os consumidores de seguros. Elencado a isso, o desconhecimento de informações por parte do segurado e do corretor de seguros, também são fatores negativos que influenciam os resultados de operação da atividade.

Nesse aspecto, as externalidades são fatores decorrentes da comercialização de seguros, e tem por consequência vantagens e desvantagens. Contudo, as contribuições positivas geradas pela atividade seguradora, recebem mais destaque, visto que o resultado por elas gerado, colabora com o desenvolvimento efetivo da economia no país.

3.2 FATORES ECONÔMICOS QUE IMPACTAM O MERCADO DE SEGUROS

Assim como atividades financeiras, as empresas de seguros alocam recursos no mercado de capital, em busca de rendimentos para complemento da atividade e a formação de capital. Nesse sentido, o mercado de seguros utiliza-se de diversas variáveis que auxiliam a formação de preço dos produtos a serem comercializados e indicadores de mercados que auxiliam as tomadas de decisão destas empresas.

De modo geral, a atividade seguradora é dependente do bom funcionamento da economia, visto que, em uma economia estabilizada e ativa, a participação e contribuição para os resultados econômicos do país tendem a aumentar. O setor de seguros possui participação ativa e crescente nos resultados econômicos do país, e esse potencial está atrelado as variáveis macroeconômicas que também apresentam variações favoráveis ao desempenho da atividade.

3.2.1 Influência das variáveis macroeconômicas no mercado de seguros

A economia utiliza-se de diversas variáveis que apresentam o desempenho econômico de determinado setor ou nação. Esses indicadores são a base para políticas econômicas que buscam promover o crescimento econômico e a manutenção das atividades geradoras de recursos em determinado local. O mercado segurador utiliza-se dessas variáveis que explicam o desempenho do setor e permite melhor entendimento das flutuações da demanda por seguros e participação no resultado econômico do país.

Sendo assim, tem-se como duas principais variáveis macroeconômicas que norteiam a atividade de seguros: a taxa de inflação e desemprego. Essas taxas estão atreladas entre si e são de extrema importância no setor de seguros, visto que a taxa de inflação influencia o custo final do produto comercializado, e o nível de desemprego afeta rapidamente a demanda por seguros e a venda de bens próprios, como geração de renda líquida. Além dessas variáveis, torna-se necessário avaliar também índices de crescimento do PIB, taxa de câmbio, taxa de juros, exportações, importações. Essas variáveis também afetam a demanda por seguros, visto que quando ocorre variações nesses indicadores a atividade fica mais propensa a elevar os níveis de sinistralidade, fraudes e alterações na demanda (CONTADOR, 2007).

A retração da atividade econômica, causada por diversos fatores em uma economia, também afeta negativamente a demanda por seguros, sendo que a base

da atividade seguradora é a proteção de bens e da vida, quanto a perda financeira. Em uma economia em retração, a população busca por desfazer-se de seus bens ou eliminar provisoriamente gastos que não sejam de primeira necessidade, e conseqüentemente, podem reduzir o consumo de seguros.

Ao analisar individualmente as variáveis macroeconômicas que afetam o desempenho do mercado segurador, tem-se o desemprego como uma variável influente na demanda por seguros. Segundo Blanchard (2007) entende-se por desemprego o número de pessoas que não estão empregadas, mas que estão à procura de um trabalho. A população desempregada que não está em busca de um emprego ou que está inserida em trabalho informal, não é contabilizada nesta taxa. A variação do número de pessoas desempregadas ocorre, normalmente, quando há uma desaceleração ou aceleração na economia, e a taxa tende a reduzir quando a economia está em expansão, mas tende a aumentar quando a economia apresenta recessão.

O desemprego causa um efeito direto sobre o bem-estar da população e pode estar associado a um sofrimento financeiro e psicológico. E esse resultado afeta diretamente o mercado segurador, visto que parte da população que encontra-se desempregada, tende a reter recursos e reduzir seus gastos, podendo assim, eliminar sua demanda por seguro por determinado período, devido a sua escassez de recursos financeiros ou por venda de seus bens para geração de liquidez.

Associado ao desemprego, a taxa de inflação também pode afetar os resultados do mercado segurador. A inflação ocorre quando há uma elevação no nível geral de preços da economia, e pode ser verificada através dos indicadores, como o Índice de Preços do Consumidor (IPC) calculados por instituições responsáveis, com base nos produtos da cesta básica. A variação do nível de preços pode ser obtida também através do cálculo de deflação do PIB, através de um número índice, com base na variação do PIB real, e tem como resultado o preço médio dos bens finais produzidos na economia (BLANCHARD, 2007).

A variação de preço afeta diretamente as empresas e a população, pois quando ocorre uma alteração de custos as empresas necessitam repassar essa variação e, o consumidor é quem paga por isso. Atrelado a isso, geralmente o aumento de preços não acompanha o aumento dos salários, o que incide sobre o consumo da população. No setor de seguros essa variação de preços pode apresentar maior percepção nos seguros de proteção de bens, quando as seguradoras precisam

arcar com o pagamento de despesas como peças, mão de obra, e terceirizados, influenciando assim em seu resultado interno.

As duas primeiras variáveis macroeconômicas apresentadas incidem diretamente no nível de renda da população. Entretanto, no setor de seguros, tem-se a variável de taxa de juros que não incide diretamente no custo final de um seguro, mas sim nos custos operacionais de uma seguradora.

Conforme Izidoro (2019) entende-se por taxa de juros o valor de referência ao pagamento de rendimentos extras ao aplicar ou tomar recursos financeiros, durante um determinado período de tempo. No Brasil as taxas de juros são definidas pelos órgãos responsáveis do governo, e tem como principal a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), definida pelo Comitê de Políticas Monetárias (COPOM).

No ramo de seguros, as empresas seguradoras aplicam seus recursos financeiros como forma de gerar rendimentos e facilidade de liquidez de seus recursos. Dessa forma, a variação na taxa de juros dessas aplicações pouco influenciará no custo final de um seguro, visto que os recursos aplicados e rendimentos obtidos tendem a gerar ganhos extras e conseqüentemente são contabilizados como lucro de operação.

Outras variáveis macroeconômicas que são analisadas na economia são a taxa de câmbio e as exportações e importações realizadas no país. Ambas variáveis não influenciam diretamente no custo de um seguro, mas podem ter interferência em sua demanda.

A taxa de câmbio tem por definição a medida de conversão de moedas utilizadas para realizar trocas com outros países que utilizam moedas diferentes. É definido o preço de uma divisa, ou seja, de uma moeda estrangeira, em termos da moeda nacional. A compra ou venda de bens com o exterior promove a importação ou exportação de mercadorias. Ou seja, quando o país compra bens do exterior ele está realizando uma importação, e quando o país vende seus bens para fora dele, está realizando uma exportação (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019).

Dessa forma, as transações externas são baseadas em uma taxa de câmbio. No mercado segurador, a compra e venda de bens no exterior não influencia os resultados do seguro. Entretanto, pode haver uma variação na demanda de determinados produtos, quando a taxa de câmbio pode variar, pois nas relações de

trocas, a exemplo, são contratados seguros marítimos para entrega de mercadorias, e o valor do seguro está baseado no custo contratado da carga transportada.

A variação dos indicadores macroeconômicos analisados, incidem sobre a procura de seguros no país. No Brasil, quando a economia apresenta índices de retração econômica, a demanda por serviços como seguro pode ser afetada, pois interfere nos rendimentos financeiros da população. Durante uma retração econômica, pode-se haver o aumento de índices de sinistralidade e fraudes, visto que a população tende a ficar mais vulnerável a essas ocorrências devido a sensibilidade psicológica que pode vir a sofrer.

Com base nos tópicos apresentados nos itens anteriores, o capítulo 4 desse trabalho apresentará o desempenho do mercado supervisionado de seguros, por meio dos resultados obtidos pelas seguradoras e contabilizados pela SUSEP. Buscar-se-á demonstrar a contribuição deste mercado na economia brasileira e sua influência para o crescimento econômico do país.

4 ANÁLISE DO MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O mercado brasileiro de seguros, continuamente mostra evolução em sua gama de produtos comercializados, adaptando-se as necessidades do mercado e criando demanda dos produtos ofertados. Este setor atua constantemente com a implementação tecnológica, a qual facilita a atividade e permite que o setor atue com eficiência e agilidade. A transformação digital está mudando o acesso aos produtos e a forma de comercialização, penetrando cada vez mais em todas as classes sociais da população.

Sendo assim, a análise do mercado de seguros no Brasil permite verificar o crescimento e a participação do setor na economia do país. Além de relacionar os resultados do setor segurador com as variáveis macroeconômicas, que apresentarão o desempenho econômico.

O capítulo 4 está elaborado a partir de uma análise histórica teórica descritiva, com base na evolução dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais que ocorreram no Brasil entre os anos de 2010 e 2019. Além de analisar a relação entre o crescimento econômico e os resultados do mercado de seguros no Brasil, com sua repercussão na economia.

4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

A análise do trabalho seguirá com a contextualização dos momentos que antecederam os anos da análise e apresentação dos dados da economia brasileira, com os anos de sua alavancagem econômica após a crise de 2008, e os posteriores acontecimentos que influenciaram os resultados econômicos, de maneira positiva ou negativa.

Para introduzir o assunto, torna-se necessário abordar rapidamente o contexto econômico nacional, desde a alteração de governo no ano de 2003. No Brasil, com o início do governo Lula no ano de 2003, a economia apresentou oscilações nos indicadores econômicos. O então presidente iniciou o governo com resultados elevados para o desemprego, porém com a economia estabilizada. Assim, promoveu políticas e programas de incentivo ao consumo e investimento, com isso os

indicadores econômicos mostravam uma economia em ascensão. Os anos pré-crise, até 2008, apresentam condições de incentivo ao consumidor, com créditos a pessoas físicas e jurídicas, para aumentarem seus investimentos, consumo e contratações, além de valorização do salário mínimo, programas sociais e investimentos em infraestrutura (CARVALHO, 2018).

Contudo, com a crise de 2008, os resultados econômicos começaram a apresentar sinais de retração, e a economia sofreu queda nos indicadores de crescimento no ano seguinte. Com o intuito de amenizar os efeitos da crise, o governo manteve os programas de incentivo a economia, e o ano de 2010 apresentou aumento no ritmo de expansão econômica, ano inicial da análise deste trabalho. Para acompanhar o desempenho econômico, a Tabela 2 apresenta os valores nominais do PIB, inflacionados para o ano base de 2019, no período de análise de 2010 a 2019 na economia brasileira.

Tabela 2 - PIB real anual do Brasil entre os anos de 2010 a 2019

Ano	PIB REAL – R\$ (milhões)¹³
2010	6.504.824,90
2011	6.865.766,76
2012	7.157.561,86
2013	7.455.370,01
2014	7.500.703,24
2015	7.181.133,58
2016	6.970.591,93
2017	7.056.666,17
2018	7.098.861,46
2019	7.256.854,60

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEADATA e IBGE (2020).

Os dados da Tabela 2, por serem inflacionados para o ano de 2019, mostram a evolução dos resultados da economia brasileira no período em análise, apresentando as oscilações do Produto Interno Bruto do país, ao qual remete ao crescimento econômico. Pode-se perceber que, a partir do ano 2010, a economia teve crescimento contínuo e moderado até o ano de 2014, onde sofreu uma leve retração

¹³ Dados inflacionados pelo IPCA para o ano base de 2019.

de crescimento no ano de 2015 quando comparado ao desempenho do ano anterior. O ano de 2015, sob esta ótica, apresentou redução em relação ao seu ano decorrente, mas os dois anos seguintes apresentaram aumentos constantes. A economia brasileira volta a apresentar contração nos anos seguintes do período analisado, quando comparados ao ano de 2019, o qual foi o ano do maior crescimento econômico desde 2015.

Quando comparado o primeiro valor da série analisada com o último, percebe-se que no período de 10 anos da economia brasileira, a evolução de crescimento econômico avançou de 6,5 para 7,2 trilhões de reais em valores reais. Esse histórico mostra que a economia do país não ficou estagnada no período analisado, e apresentou evolução. O crescimento acumulado no período analisado foi de 11,56%.

Nesse contexto de análise, a Tabela 3 apresenta os percentuais de crescimento do PIB do país no mesmo período de análise, de 2010 a 2019.

Tabela 3 – Variação percentual do PIB anual do Brasil entre os anos de 2010 a 2019

Ano	Variação do PIB (%)
2010	7,53
2011	3,97
2012	1,92
2013	3,00
2014	0,50
2015	-3,55
2016	-3,28
2017	1,32
2018	1,32
2019	1,14

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEADATA (2020)

Na análise da tabela 3, através dos valores percentuais, percebe-se que a economia apresentou crescimento positivo no ano de 2010, e crescimentos moderados a partir deste ano, até apresentar retração econômica por dois anos consecutivos, em 2015 e 2016. A retomada do crescimento econômico, de acordo com a tabela, ocorre novamente a partir de 2018, entretanto os resultados atingidos mostram crescimento lento.

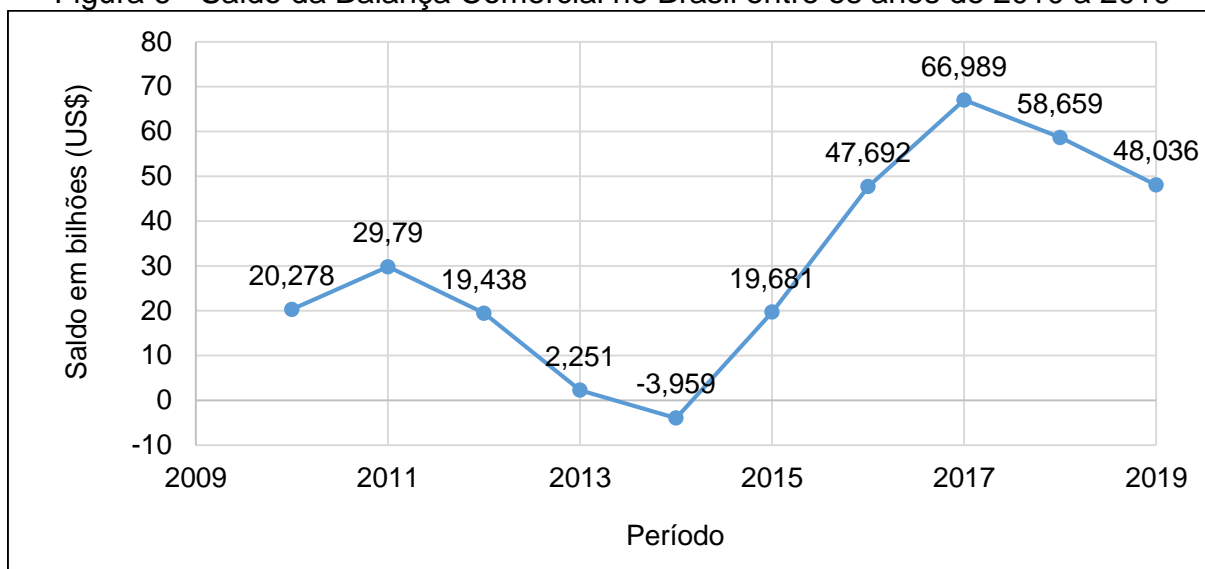
Nas Tabelas 2 e 3, com a variação dos valores do PIB apresentados, permite perceber a instabilidade econômica que o país enfrenta ao longo dos anos. Visto que, quando analisado o crescimento, este se mantém estável por poucos anos, e com valores que reduzem a cada período, até atingir a retração econômica. Portanto, ao verificar o crescimento entre o início e o fim do período de análise, percebe-se que o ano de 2010 apresentou 7,53% de crescimento em relação ao ano anterior, e o último ano, 2019, apresentou somente 1,14% de crescimento, sendo esse um valor baixo de evolução econômica. Neste contexto, o período de análise a partir do ano de 2010 até 2019, teve a participação de três mandatos presidenciais, os quais foram os responsáveis por dar as diretrizes das decisões econômicas.

Sendo assim, como estratégia de alavancagem econômica após a crise de 2008, o governo utilizou políticas expansionistas para gerar crescimento econômico. Os programas de incentivo utilizados foram basicamente: aumento de crédito para a população e empresas, valorização do salário mínimo, investimento em infraestrutura, e programas sociais. Tais medidas tiveram impactos no nível geral de empregos formais, aumento de demanda de consumo, e maior arrecadação de tributos (CARVALHO, 2018).

Ao mesmo tempo, com a crise de 2008, a economia do país teve crescimento que pode ter sido induzido pelas políticas adotadas pelo governo, e isso permitiu o aumento da arrecadação de impostos, o que ajudou o país a viabilizar os investimentos e gastos públicos. Entretanto, nos anos seguintes, com o intuito de manter o crescimento da economia, o governo disponibiliza recursos e mantém as políticas de incentivo ao consumo. Com o aumento de gastos para a retomada da economia, a dívida interna também tende a aumentar.

Nesse contexto, conforme Carvalho (2018) a dívida interna no Brasil após a crise de 2008 também aumentou, atingindo a 41,6% do valor do PIB nacional. Entretanto a dívida reduz constantemente até 2014, chegando a 30% do PIB do Brasil. Com o intuito de retomar a economia, as diretrizes econômicas influenciaram outros indicadores macroeconômicos, como a valorização cambial do real perante ao dólar americano, com o valor do dólar baixo, as importações aumentaram, e as exportações sofreram redução, o que causou desequilíbrio na balança comercial. A Figura 6 apresenta o histórico do saldo da balança comercial desde o ano de 2010, onde é possível analisar as variações.

Figura 6 - Saldo da Balança Comercial no Brasil entre os anos de 2010 a 2019

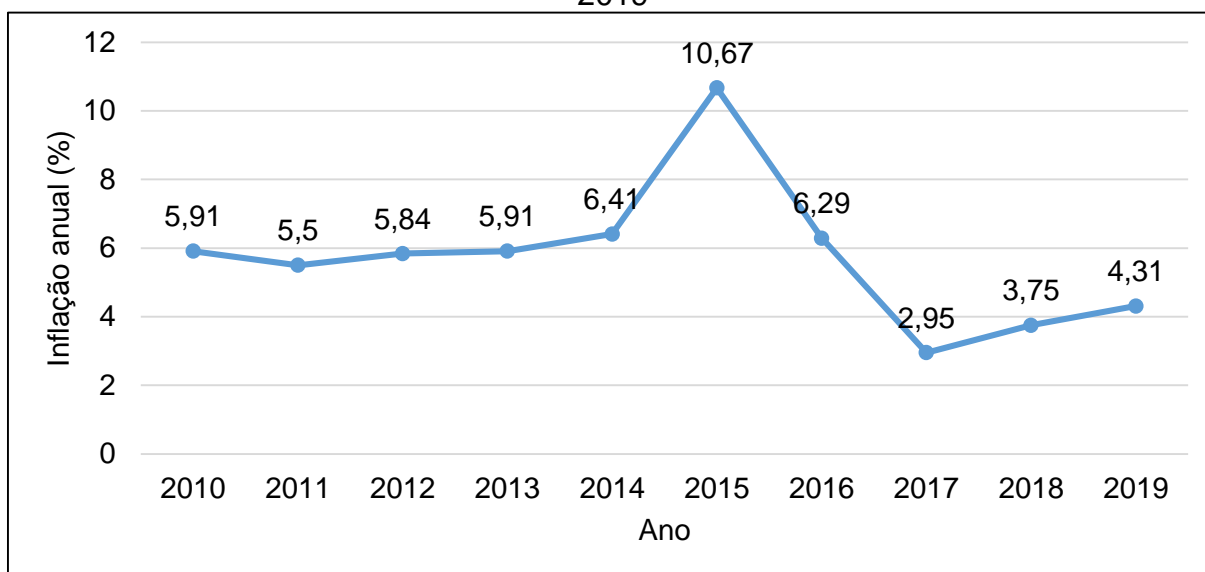


Fonte: Elaborado pela autora com base em Comex Stat (2020).

A Figura 6 apresenta os valores do saldo da balança comercial brasileira entre os anos de 2010 a 2019. Nesse período de análise percebe-se a variação dessa variável macroeconômica, onde os anos após a crise de 2008 já apresentaram resultados positivos, devido à baixa desvalorização do real perante ao dólar com taxas de inflações controladas, que serão apresentadas na Figura 7 do histórico de inflação. Nesse contexto, os anos de 2010 e 2011, apresentaram cotação baixa para o real perante o dólar americano, também as exportações foram estimuladas e as importações sofreram redução, o que gerou saldo superavitário na balança comercial. Porém, esse contexto de alta na balança comercial se manteve até o ano seguinte de 2012, mas já apresentava redução, e o ano de 2013 apresentou resultados positivos, mas bem inferiores aos anos anteriores. Na sequência, no ano de 2014 ocorreu uma maior desvalorização do real perante o dólar, o que encareceu os valores das importações, porém as exportações reduziram ainda mais, tornando o saldo da balança comercial deficitário.

A partir do ano de 2015, com o início de uma crise política e financeira interna no Brasil, os resultados da balança comercial se mostraram superavitários e com valores bem acima dos anteriores. Entretanto, o período foi marcado por altas taxas de inflação e elevação constante do dólar frente ao real, essa variação auxilia o estímulo das exportações e reduz as importações. O histórico das taxas de inflação e da variação cambial, estão descritos nas Figuras 7 e 8, respectivamente.

Figura 7 - Histórico da taxa de anual de inflação no Brasil entre os anos de 2010 a 2019

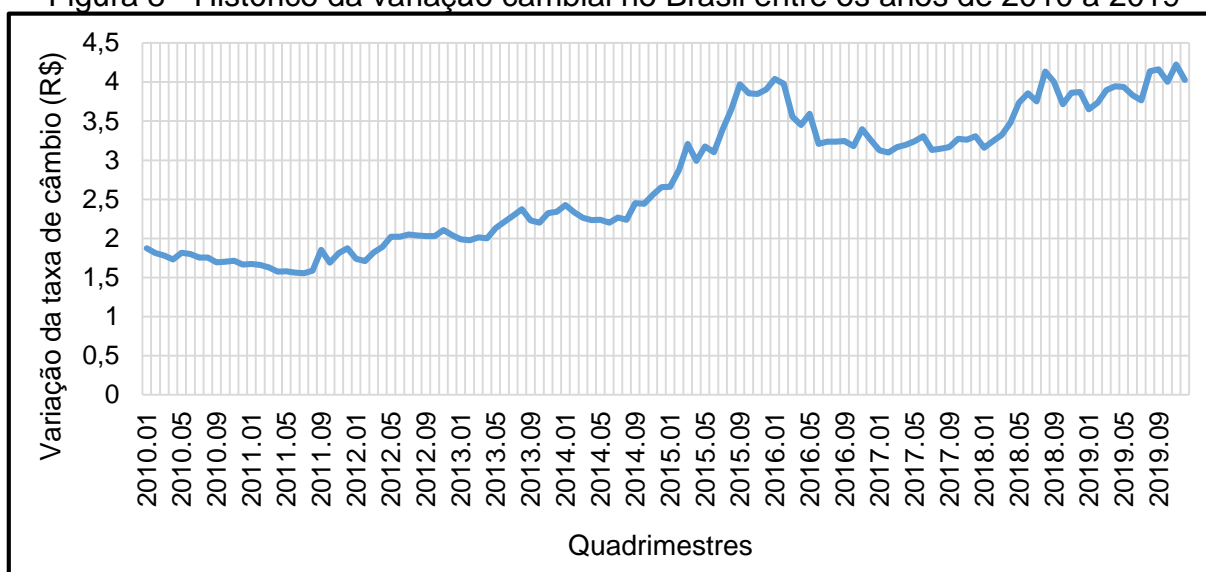


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEADATA (2020)

A Figura 7 apresenta o histórico da inflação anual no Brasil, mostra taxas inflacionárias que não se mantiveram constante ao longo dos anos. Entretanto, o país apresentou uma constância nos valores entre os anos de 2010 a 2014, mesmo com as políticas de incentivo ao consumo e aumento da renda. Contudo, essas políticas econômicas adotadas se mostram insustentáveis, e os preços que estavam sendo administrados pelo governo não puderam mais ser mantidos, e a partir de 2015 a inflação apresenta um aumento significativo de 10,67%. O resultado econômico volta a apresentar retração e volatilidade na taxa de inflação nos anos seguintes, retornando as taxas anteriores de 6% de inflação ao ano em 2016. Essa taxa continua reduzindo nos anos seguintes, onde os valores de inflação atingem as menores taxas do período analisado. Com esse contexto histórico, o crescimento econômico no país, sob a ótica do PIB, retorna a partir do ano de 2017, até o fim do período analisado.

Atrelado à oscilação das taxas de inflação, faz-se necessário analisar também a volatilidade das taxas de câmbio exercidas no mesmo período de análise. Sendo assim, a Figura 8 apresentará a desvalorização do real frente ao dólar no Brasil, entre os anos de 2010 a 2019.

Figura 8 - Histórico da variação cambial no Brasil entre os anos de 2010 a 2019



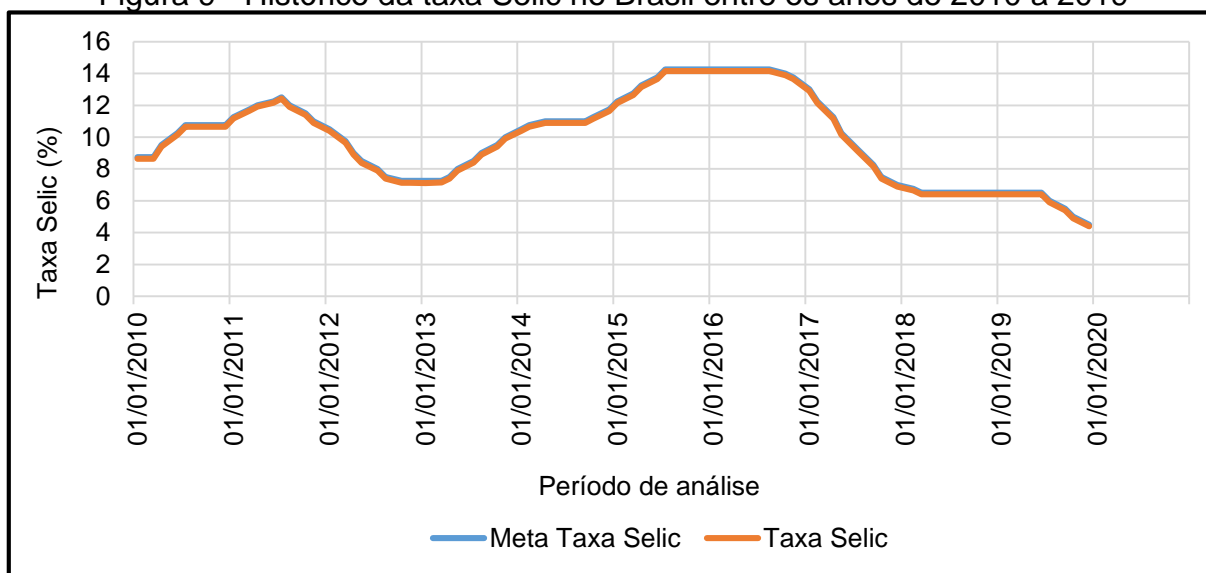
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEADATA (2020).

Quando analisado a taxa de câmbio, a Figura 8 apresenta os resultados obtidos ao longo do período em análise, esse se mostra em variação constante. Influenciado por acontecimentos internos e externos, a variação cambial sofre com aumentos e decréscimos consecutivos, e essas alterações impactam diretamente na balança comercial do país e nas taxas inflacionárias. A taxa de câmbio do real perante ao dólar americano mantém-se abaixo dos R\$ 2,00 até meados de 2012, quando começa a se desvalorizar, até atingir o valor de R\$ 3,00 em 2015. Devido ao início da instabilidade financeira nacional, o dólar começa a mostrar-se volátil e em contrapartida o real se desvaloriza ainda mais, atingindo a casa dos R\$ 4,00 no final do ano de 2015. A partir de então, no ano seguinte, o valor do real perante ao dólar mantém-se estável, entre R\$ 3,00 e R\$ 3,50, mas volta a sofrer altas no ano de 2018, e atinge seu ponto máximo em 2019, desde o ano de 1994 quando ocorreu a troca de moeda no país, apresentando R\$ 4,22 de desvalorização cambial.

As variáveis macroeconômicas sofrem influências umas das outras, e os aumentos ou reduções dos índices, influenciam no resultado econômico do país. Além dos valores de PIB, balança comercial, inflação e câmbio, é necessário avaliar a variação da taxa de juros exercida no país e o nível de desemprego ocorrido ao longo dos anos em análise, para então relacionar os acontecimentos que influenciaram essas variações e o crescimento econômico.

Com este intuito, a Figura 9 apresenta a evolução anual da taxa Selic no Brasil, a qual é definida pelo Comitê de Políticas Monetárias do Banco Central do Brasil, através da ata do Copom.

Figura 9 - Histórico da taxa Selic no Brasil entre os anos de 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEADATA (2020).

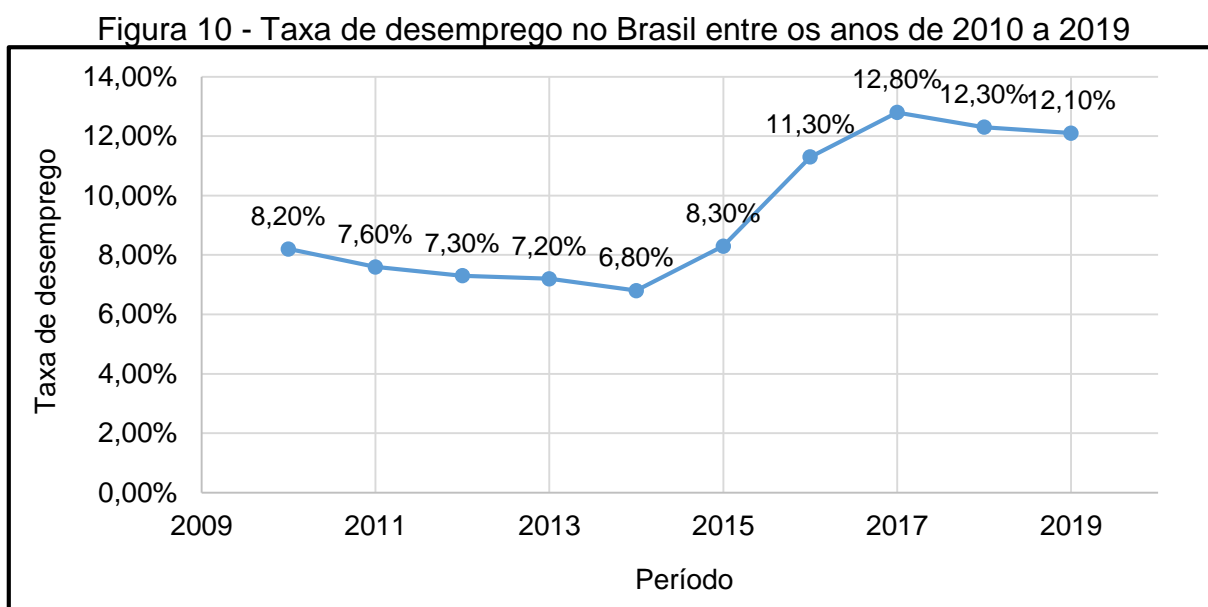
A Figura 9 apresenta a variação anual da taxa Selic ao longo dos anos no período analisado, de acordo com as reuniões realizadas pelo Copom, e suas metas estabelecidas. Como o gráfico mostra, as variações da taxa Selic ocorrida durante o período ficaram com valores semelhantes ao das metas previstas pelo Copom, ficando assim, com linhas praticamente sobrepostas. Essa taxa mostra-se instável durante todo o período. A taxa Selic, por ser a taxa básica de juros da economia brasileira, é influenciada diretamente por acontecimentos internos no país, e está atrelada aos títulos públicos ofertados pelo governo. O ano de 2010 e 2011, período inicial da análise deste trabalho, foram marcados por constantes variações na taxa básica de juros, a qual apresentou altas taxas internas, o que auxilia a atrair capital estrangeiro para o país, em forma de investimentos. Entretanto os anos seguintes foram marcados por constantes cortes na taxa Selic, e por contenção de gastos do governo federal.

A redução da taxa de juros e o anúncio do governo dos cortes de gastos geram uma substituição da política monetária exercida no país - liberação de crédito para a cadeia econômica - por uma política fiscal contracionista. Essa alteração de políticas econômicas fez com que ocorresse uma “guerra cambial” para controlar a

entrada de produtos estrangeiros no país. O resultado, somado a elevação das taxas de inflação e do dólar, levaram a uma queda no consumo das famílias e empresas. Esse resultado permitiu que os anos seguintes fossem marcados por taxas de inflação, de câmbio, da taxa Selic maiores e aumento do desemprego, agregando indicadores negativos para o início de uma crise interna (CARVALHO, 2018).

A constante redução da taxa de juros, apresentada na Figura 9, no fechamento do ano de 2019, apresentou resultados históricos, sendo exercida a menor taxa Selic ocorrida no Brasil de 4,5% a.a., desde que ocorreu o plano real, no ano de 1994. A redução da taxa Selic combinada com os outros indicadores pode apontar indícios de recuperação da economia brasileira a partir deste último ano de análise, além de avaliar que os níveis das projeções para o ano seguinte mostrarem-se otimistas.

Nesse contexto, o número de desempregados no Brasil também é influenciado por variáveis macroeconômicas, as quais interferem no consumo e renda da população. O resultado, influencia diretamente as taxas da população empregada formalmente no país. A Figura 10 apresenta as taxas de desempregos aplicadas no Brasil no período em análise.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2020).

A Figura 10 apresenta a variação da taxa de desemprego ocorrida no Brasil, e percebe-se que essa taxa acompanha as demais, onde apresentou constância entre os anos de 2010 e 2014, com leves decréscimos. E a partir de 2015 apresentou elevados e constantes crescimentos, até atingir seu nível máximo de 12,8% da

população economicamente ativa, fora do mercado de trabalho. O ano de 2018 e 2019, com o início de retomada econômica, apresentaram redução lenta nas taxas de desempregados no país.

Ao comparar essa taxa no início do período analisado, a variação ocorreu de 8,2% para 12,1% em 2019, uma elevação de quase quatro pontos percentuais. Essa variação permite mostrar que a partir de 2010 foram fechados mais postos de trabalhos no país do que abertos, interferindo negativamente nos resultados econômicos.

Todavia, a seção atual trouxe uma síntese das oscilações das variáveis macroeconômicas e acontecimentos da economia brasileira no período em observação. A análise deste trabalho está atrelada aos resultados do mercado segurador e a próxima seção trará os resultados desse setor econômico para posteriormente relacionar a atividade econômica geral do país com o mercado de seguros.

4.2 ANÁLISE DO MERCADO SEGURADOR ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

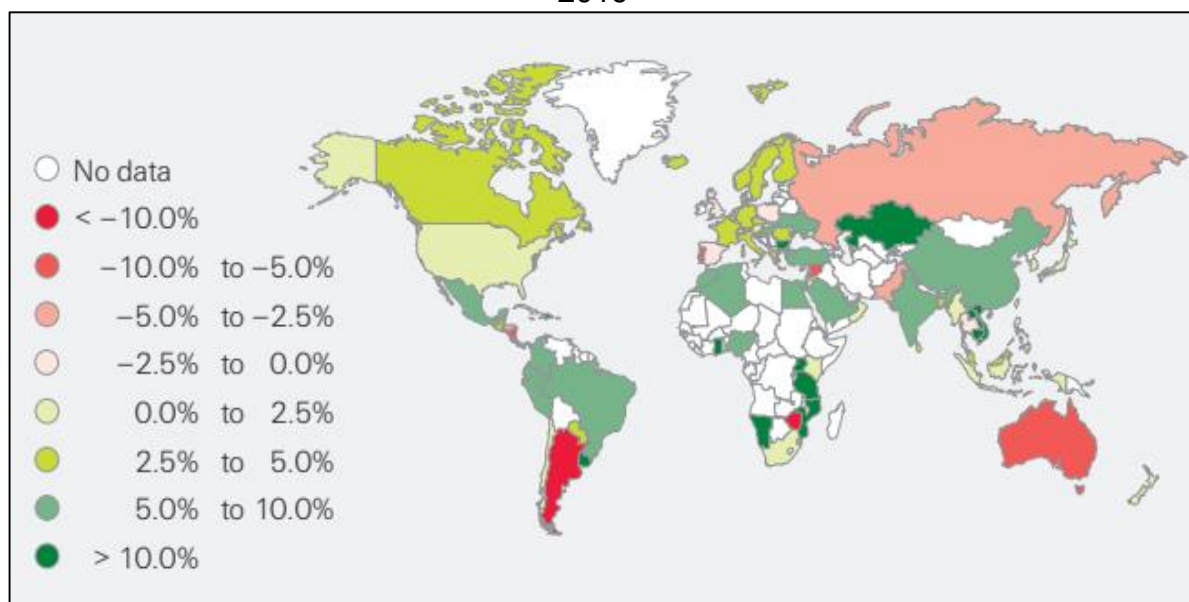
O mercado brasileiro de seguros, juntamente com a previdência complementar, capitalização e resseguros, participa ativamente na economia do país. O setor apresenta potencial relevante de crescimento e fortalecimento em sua participação nos resultados econômicos. O crescimento do mercado de seguros responde diretamente ao ciclo econômico vivenciado, e à preferência de seus clientes que compõem esse ciclo.

A análise do setor segurador no Brasil será descrita entre os anos de 2010 a 2019, além de apresentar sua participação na economia do país. Para isso, se faz essencial olhar para o mercado de seguros no mundo, para entender, de maneira geral, como o Brasil está inserido nesse setor. A análise dos dados dessa seção se dará com base somente nos prêmios cedidos para a contratação de seguros de vida e não vida e resseguros, excluindo os prêmios arrecadados com os produtos de VGBL, PGBL e capitalização. A SUSEP, órgão supervisor do setor de seguros, contabiliza a arrecadação total de todos os segmentos por ela controlados, mas segmenta os valores em seguros, arrecadação e capitalização.

A Figura 11 mostra o crescimento real do setor a nível global, em prêmios gerados no ano de 2019. Os valores expostos na figura tratam do montante total dos

prêmios arrecadados em toda a cadeia produtiva do mercado segurados, ou seja, estão contabilizados os valores de seguros e resseguros existentes em cada país, excluindo-se: previdência complementar e capitalização.

Figura 11 - Crescimento em prêmios no mercado segurador no mundo no ano de 2019¹⁴



Fonte: STAIB; CABRAL - Swiss Re Institute (2020).

A Figura 11 mostra os dados do último relatório publicado pelo instituto de pesquisas da Swiss RE no setor de seguro a nível global, descrevendo por cores os resultados de evolução obtidos por cada país. Na legenda, situada a esquerda da figura, o termo “*no data*” identificado pela cor branca, significa que não foram obtidos dados para aquele país; e os demais itens com cores diversas apresentam os resultados obtidos por faixas de crescimento, onde o termo “*to*” significa “até”, na imagem¹⁵. De maneira geral, boa parte dos países apresentaram crescimento na arrecadação de prêmios com seguros. Porém a análise a nível global não pode ser generalizada, visto que o mercado de seguros no mundo é influenciado por variáveis macroeconômicas internas de cada país.

Na Figura 11 pode-se ainda analisar o desenvolvimento do setor segurador no mundo no ano de 2019, mas cabe verificar o resultado do Brasil frente a essa figura. O Brasil apresentou crescimento significativo em relação aos outros países apresentados, tendo resultado de crescimento elencado na mesma faixa de países

¹⁴ Tradução livre.

¹⁵ Tradução livre.

européus e asiáticos, com valores positivos entre 5% e 10%, os quais cresceram na mesma proporção.

Com foco na análise para o Brasil, o crescimento do setor segurador é apresentado na Tabela 4, com as receitas anuais geradas com a comercialização de seguros no país no período de 2010 até 2019.

Tabela 4 - Receitas anuais do mercado segurador entre os anos de 2010 a 2019

Ano	Receitas anuais R\$ (mil)¹⁶
2010	89.364.736,71
2011	96.717.377,75
2012	103.998.728,48
2013	116.502.613,37
2014	122.611.708,76
2015	119.187.211,72
2016	112.029.037,72
2017	113.285.941,60
2018	117.021.119,64
2019	119.254.587,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SUSEP e IBGE (2020).

As receitas anuais do setor de seguros apresentados na Tabela 4, mostram que o setor acompanha o desenvolvimento dos ciclos econômicos no país, e apresenta crescimento constante ao longo dos anos. No setor de seguros, os programas de incentivo ao consumo e ao crédito, também beneficiaram esta economia. E o ano de 2010 foi marcado por ser um ano de crescimento significativo para o setor, e apresentou contribuição positiva de participação no PIB do país. Nos produtos comercializados, percebe-se aumento nas vendas de seguros de pessoas, seguro rural e seguro habitacional. Isso se deve a criação de consumo oriundo da economia e que incentivaram a necessidade de obter proteção nesses campos de atuação (SUSEP. 2020).

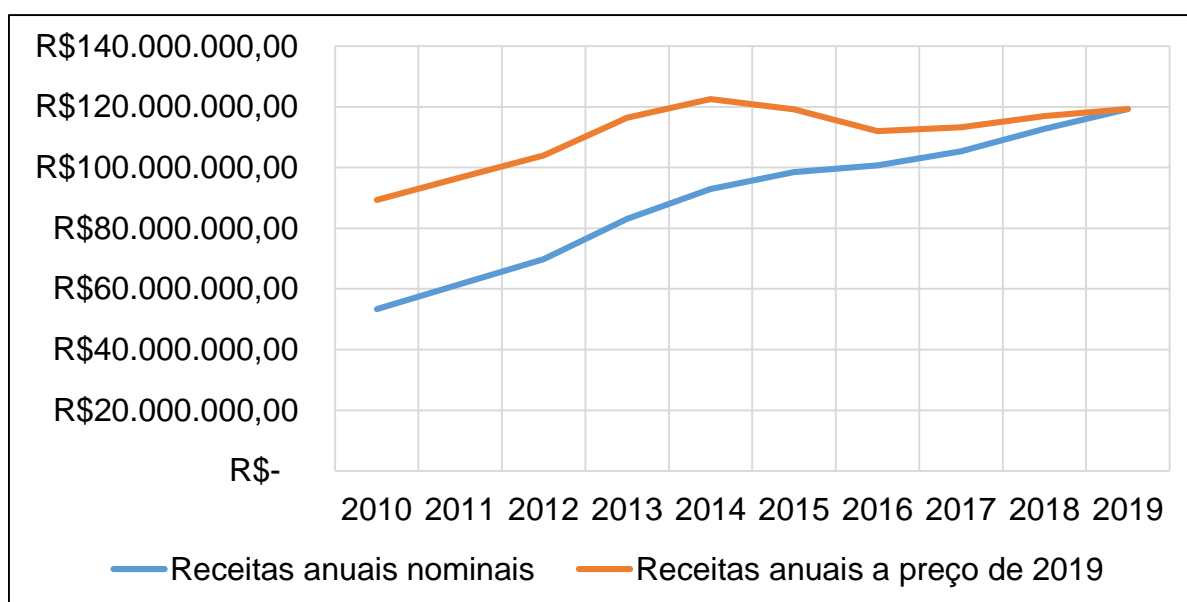
Entretanto o mercado de seguros é afetado pela recessão econômica ocorrida no biênio 2015-2016. A retomada do crescimento ocorre no ano seguinte e é praticada até o ano de 2017, e os anos seguintes apresentam novas retrações, quando

¹⁶ Dados inflacionados pelo IPCA para o ano base de 2019.

comparadas ao último ano de crescimento. A comparação com a Figura 11, mostra que o Brasil não apresentou crescimento no último ano em relação ao anterior no setor analisado, isso ocorre, pois, a análise dos dados da Tabela 4 estão inflacionados para o ano de 2019. Sendo assim o crescimento nominal do setor de seguros, quando não inflacionado para os valores de 2019, apresentou incremento nos prêmios gerados em todos os anos, esse crescimento será apresentado na figura 12.

A evolução das receitas totais praticadas pelo mercado de seguros no decorrer do período em análise, apresenta constância em seus prêmios. A Figura 12 permite essa visualização e comparação dos valores nominais e reais do setor.

Figura 12 - Receitas anuais do setor de seguros entre os anos de 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base em SUSEP e IBGE (2020).

A Figura 12 mostra a relação dos prêmios arrecadados no setor de seguros no período em análise, e sua comparação quando esses valores são inflacionados para o ano de 2019. Essa variação é feita para apresentar o real crescimento econômico do mercado de seguros, visto que a análise é feita em ambos os aspectos.

Quando analisado isoladamente a variação da evolução da atividade com receitas anuais nominais, esta apresenta crescimento contínuo e constante. Já a comparação com esta mesma receita anual a preço de 2019, observa-se que o desenvolvimento do setor acompanha o desenvolvimento da economia, conforme a Tabela 2 do PIB no Brasil apresentada anteriormente, com quedas na arrecadação no ano de 2015, por ser um período de altas taxas de inflação e juros no país. A combinação dessas variáveis econômicas causou uma estagnação na economia

deste setor, fazendo com que o mesmo apresentasse taxas reais de crescimento negativas no ano de 2015. A recuperação do setor foi gradual, visto que o país mostrasse em retomada do crescimento econômico, com a inflação baixa e taxa de juros decrescente.

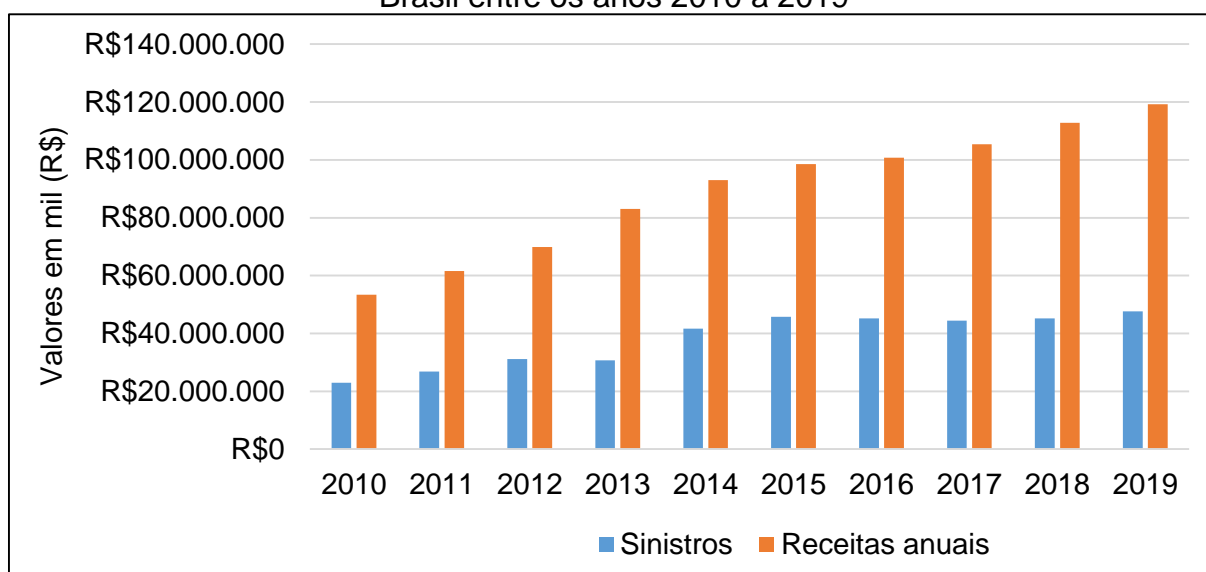
Ao mesmo tempo, o mercado de seguros, além das arrecadações em prêmios obtidos, tem o objetivo de contrapartida, devolver a uma parcela de segurados que contrataram o serviço, o valor de indenização referente a um sinistro ocorrido. A subseção a seguir trará os resultados dos índices de sinistralidade ocorridos no Brasil, no período em análise.

4.2.1 Índices de sinistralidade no mercado de seguros

Ao tratar sobre a economia do setor de seguros no Brasil, torna-se primordial abordar os dados de sinistralidade ocorridos no país. Visto que, os sinistros indenizados são valores destinados a uma parcela da população que teve a necessidade de utilizar seu seguro, assim o valor recebido, retorna para a economia sob forma de consumo ou poupança.

Sob essa ótica, os resultados de sinistros ocorridos no país são apresentados na Figura 13, com dados obtidos através do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES):

Figura 13 - Prêmio destinado aos sinistros ocorridos e receita anual dos seguros no Brasil entre os anos 2010 a 2019



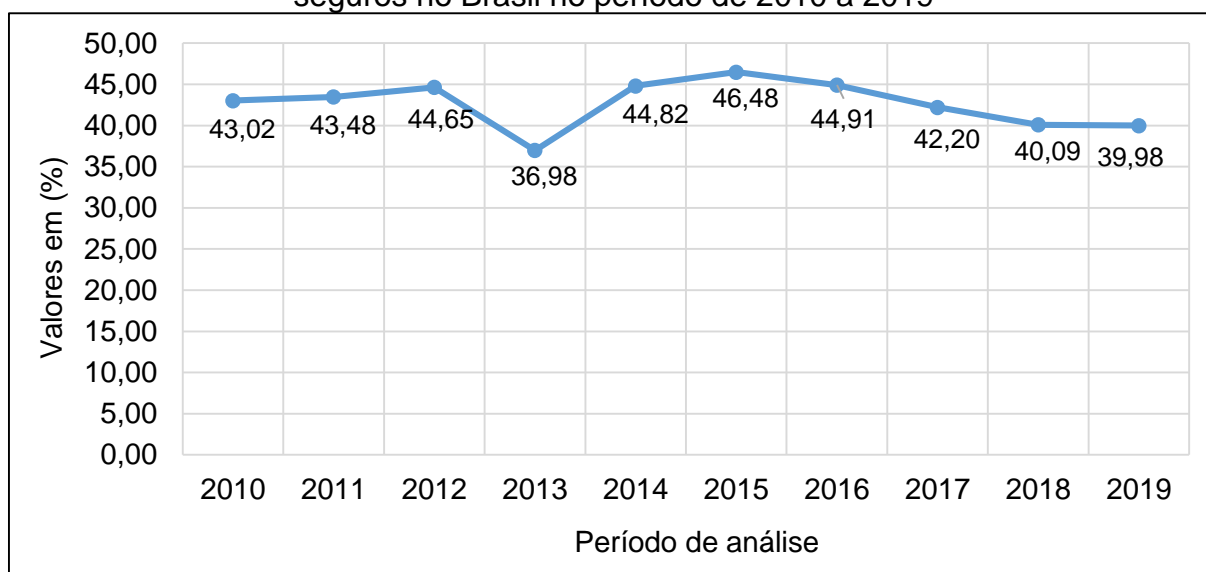
Fonte: Elaborado pela autora com base no SES (2020).

A Figura 13 permite a visualização do total do prêmio destinado ao pagamento de sinistros ocorridos e os valores de receitas anuais obtidas pelo setor de seguros, e nos números apresentados estão excluídos os valores arrecadados por acumulação e capitalização. Na figura 13 verifica-se também que os prêmios arrecadados estão constantemente em crescimento, como apresentado anteriormente, entretanto, os valores de sinistros indenizados mantêm-se constante ao longo dos anos.

A SUSEP, em dezembro de 2013, alterou a normativa que estabelece as regras para os planos de contas que são enviados anualmente pelas seguradoras. A alteração do plano, com dados a partir de 2014, apresentam alteração nos valores obtidos. Isso ocorre, pois, no prêmio ganho pelas seguradoras passou a ser contabilizado o prêmio bruto gerado por resseguros e os índices de sinistralidade passaram a ser medidos pelos sinistros ocorridos, e não por sinistros retido como nos anos anteriores.

Com essa normativa, os resultados do setor apresentam variações em seus números, e a Figura 13 mostra essa variação. Porém, para analisar somente os valores de indenizações ocorridas, as quais permanecem sempre constante, durante o período de análise, a Figura 14 mostra essa constância em valores percentuais em relação as receitas arrecadadas.

Figura 14 - Percentual de sinistros ocorridos em relação à receita anual total de seguros no Brasil no período de 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base no SES (2020).

A Figura 14 mostra a relação percentual dos sinistros ocorridos e indenizados no país com o total das receitas arrecadadas. Essa visualização mostra a constância

no índice de sinistralidade em todos os ramos no Brasil, essa normalidade é devida a diversidade de seguros existentes, um ramo compensa a perda ocorrida do outro, para melhor resultado interno das seguradoras. A exemplo, pode-se citar o ramo de automóveis que apresenta constantemente altos índices de sinistralidade, enquanto que os seguros de pessoas se mostram com baixa sinistralidade.

A SUSEP mensura anualmente os sinistros ocorridos e indenizados em todos as modalidades de seguros, separadamente. Com esses dados, o mercado de seguros consegue verificar tendências de mercados e realizar provisões técnicas, e gerar dados que permitam as seguradoras usufruir e explorar desses para permanecer atuando no mercado.

Ainda, pode-se perceber uma quebra da linearidade do percentual de sinistros no ano de 2013 em comparação às receitas obtidas. Isso pode ter tido influência da redução do resultado financeiro das seguradoras que se acentuou devido à queda na taxa SELIC. Como o resultado financeiro teve influência negativa pela taxa de juros, e os valores de sinistros indenizados mantiveram-se constantes, essa diferença influenciou para a redução da taxa percentual de sinistros ocorridos (SUSEP, 2020). O mesmo volta a ocorrer a partir do ano de 2017.

Contudo, o mercado segurador é um nicho econômico que apresentou participação de 3,8% no Produto Interno Bruto do país no ano de 2019, e essa participação mostra-se em crescimento constante ao longo dos anos. Sendo assim o presente capítulo iniciou com a análise isolada da economia e após do mercado de seguros e, portanto, será finalizado com a relação entre o comportamento da economia e o mercado de seguros durante os anos de 2010 a 2019. Com foco nas variáveis macroeconômicas apresentadas e os acontecimentos que influenciaram a economia no período em análise.

4.3 RELAÇÃO DE COMPORTAMENTO ECONÔMICO DO MERCADO DE SEGUROS COM A ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira no período em análise, entre os anos de 2010 a 2019, mostrou-se volátil e não apresenta linearidade de crescimento nos seus diversos indicadores, como apresentado anteriormente. Já o setor de seguros, por exibir dados de um setor específico da economia, apresenta um comportamento um pouco mais otimista quando comparado diretamente com a economia do país em um todo.

Entretendo, a análise do mercado segurador está atrelada ao desempenho econômico do país, e seus resultados são oriundos dos acontecimentos que ocorreram no Brasil, sejam eles de cunho econômico, social ou político.

A relação entre os indicadores macroeconômicos da economia do país com o mercado de seguros, ocorrem com base na análise das variáveis que incidem diretamente sobre o custo e a demanda de um seguro, enquadram-se aqui a taxa de inflação e o desemprego. Além disso, há outras variáveis macroeconômicas que foram analisadas e afetam indiretamente o setor segurador, sendo a balança comercial, taxa de câmbio e a taxa Selic.

Quando analisadas as variáveis de inflação e desemprego, essas afetam diretamente a atividade seguradora. A taxa de inflação ocorrida, pode interferir sob o custo final de um seguro, principalmente naqueles que cobrem algum bem físico, o qual sofre influência dessa variável pelo fato de haver aumento nos gastos que são custeados pelas seguradoras. Essa influência da inflação no mercado de seguros foi apresentada na figura 7, onde é possível perceber que no ano de maior inflação, 2015, foi também o ano em que as receitas do setor apresentaram crescimento, mas os valores de sinistros ocorridos foram maiores que nos demais anos, esses dados foram apresentados na figura 13. Isso reduz o lucro líquido das seguradoras, pois as mesmas gastam mais com o pagamento de sinistros, que também exerce influência no preço final do produto que é repassado ao consumidor.

E no caso do desemprego, a variável pode exercer influência sobre a demanda dos produtos comercializados. Isso ocorre, pois, as pessoas que perdem seus empregos buscam por reduzir seus gastos até voltarem ao mercado de trabalho, e o seguros e contribuições com previdência e capitalização não são gastos de primeira necessidade, por isso podem ser facilmente eliminados dos gastos das famílias e empresas. Quando analisada a figura 10, apresentada anteriormente, da taxa do desemprego, com as receitas arrecadadas pelo setor segurador, apresentado na figura 13, percebe-se que o desemprego a partir do ano de 2016 se manteve com taxas elevadas e o mercado de seguros se manteve estável, com crescimento baixo e praticamente com a mesma participação no PIB, nos 5 últimos anos da análise. Assim, essa variável pode influenciar na aquisição de um produto de seguros, interferindo na demanda do setor.

Contudo, as variáveis apresentadas são contabilizadas no conjunto da economia. E para relacionar o comportamento do mercado de seguros com a

economia brasileira, a tabela 5 apresenta novamente os dados expostos nas seções anteriores, expondo a variação percentual do PIB do Brasil e do mercado segurador entre os anos de 2010 a 2019.

Tabela 5 – Variação percentual do PIB e mercado segurador entre os anos de 2010 a 2019

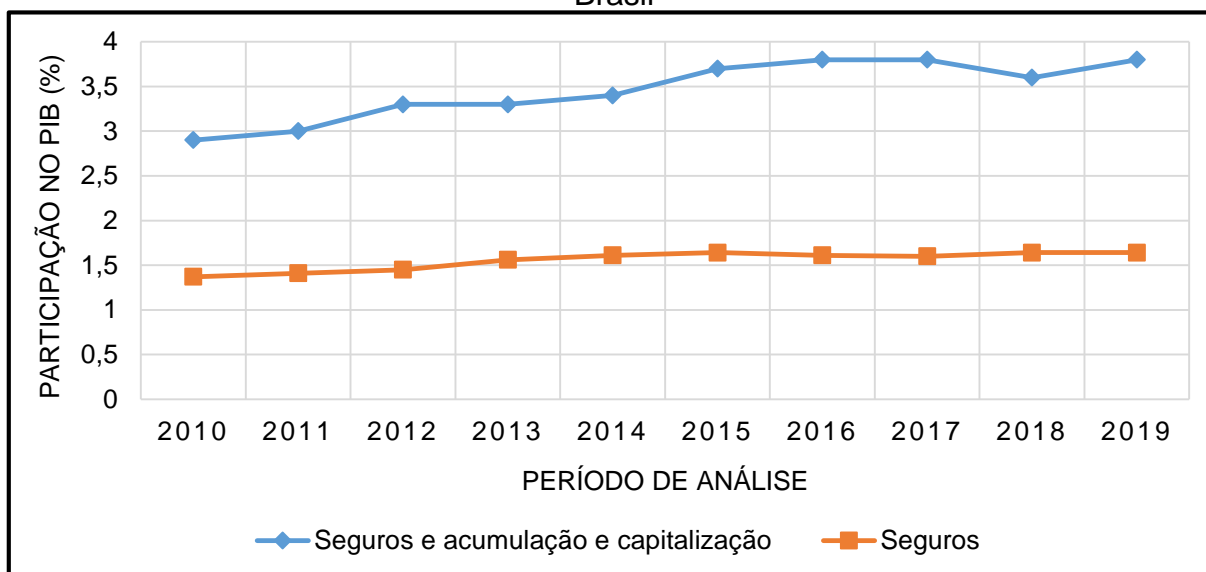
Ano	Variação PIB (%)	Variação do mercado segurador no PIB (%)
2010	7,53	2,9
2011	3,97	3,0
2012	1,92	3,3
2013	3,00	3,3
2014	0,50	3,4
2015	-3,55	3,7
2016	-3,28	3,8
2017	1,32	3,8
2018	1,32	3,6
2019	1,14	3,8

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IBGE e SUSEP (2020).

Na tabela 5 pode-se relacionar o crescimento que a economia brasileira teve e a participação do mercado de seguros nessa economia. Com isso, verifica-se que anualmente a participação dos seguros na economia aumenta, enquanto que o PIB mostra resultados variados, com crescimento, retração e estabilidade econômica. No ano de 2010, que a economia apresentou o maior crescimento do período analisado, os seguros tiveram sua menor participação nesses anos, enquanto que nos anos de regressão econômica, o mercado de seguros apresentou suas maiores contribuições no resultado da economia. E a partir do ano de 2015, a participação do setor analisado manteve-se com crescimento estabilizado, com participação na economia variando entre 3,6% a 3,8%.

Nesse sentido da análise, a figura 15 apresentará os valores percentuais da participação do mercado segurador no PIB do país, separando os resultados obtidos pelo mercado segurador total e os valores arrecadados somente com a venda de seguros:

Figura 15 - Participação das receitas anuais do mercado de seguro no PIB anual do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base em SUSEP (2020)

A Figura 15 apresenta a relação da participação do mercado de seguros na economia brasileira nos últimos 10 anos, observa-se o aumento na participação do PIB do país, com o incremento de volume de receita deste setor, assim como demonstrado também na tabela 5. Entretanto, os valores apresentados na série identificada na cor azul na figura, referem-se ao montante total da arrecadação de seguro, dos planos de acumulação e capitalização, pois a SUSEP contabiliza os resultados conjuntamente. Porém, quando analisado o setor de seguros individualmente, conforme a série apresentada na cor laranja no gráfico, o setor econômico apresenta menor participação, mas com participação positiva na economia brasileira.

Conforme a SUSEP (2020), o setor segurador teve aumento na participação no PIB, de 2,6% no ano de 2003 para 3,8% em 2019, e apresenta potencial para atingir 6% do PIB nos próximos anos, percentual que se observa em países com mercado segurador mais maduro. Nesse sentido, o Brasil ocupou o 16º lugar no ranking mundial, no ano de 2018, em termos de emissão do total de prêmios gerados. Tal desempenho do setor, se deve a fatores econômicos que proporcionaram alavancagem, estabilidade e confiança dos consumidores, aliado ao aperfeiçoamento normativo da categoria, por parte da SUSEP. Este desempenho positivo, tem contribuído para o Sistema Financeiro Nacional, impulsionando o crescimento econômico, adoção de recursos, formação de poupança e gerenciamento de riscos.

Sobretudo, o desempenho elencado segue a tendência econômica, se a economia apresenta momento promissor o setor alcança crescimento, e se a economia se mostra com baixo desempenho, o setor de seguros reduz seu ritmo, mas ainda assim apresenta resultados positivos.

O mercado segurador no Brasil mostra-se com potencial de crescimento e boa performance no que se refere a qualidade de produtos oferecidos e sua diversidade. Essa gama de seguros consegue adequar-se à boa parte da população brasileira, oferecendo produtos que conseguem satisfazer o consumidor de todas as classes sociais e as empresas dos diversos setores econômicos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi elaborado com o propósito de apresentar e analisar participação do segmento de seguros no PIB do país, com destaque para as variáveis macroeconômicas relevantes na economia brasileira, no período entre os anos de 2010 a 2019. Para atingir esse objetivo, foi necessário identificar as principais variáveis macroeconômicas atuantes na economia e que influenciam o setor de seguros, e realizar uma análise de mercado para apresentar essas variáveis. Além disso, foi explorado a participação desse setor na economia e seu comportamento em relação às variáveis macroeconômicas apresentadas.

O trabalho contempla algumas das teorias de crescimento econômico disseminadas pelo mundo, e esse crescimento depende de elementos que estão associados aos fatores de produção e podem estar conectados a correntes de pensamentos. O conjunto desses fatores são aplicados na teoria e geram crescimento econômico. Além disso, discorre sobre três correntes de pensamentos: clássicos, neoclássicos e keynesianos, os quais abordam diferentes linhas de pensamentos sobre a atuação dos mercados, fatores de produção e trabalho. Com este ponto de vista, é possível perceber que os governos apresentados durante o período de análise do estudo, obtiveram uma abordagem keynesiana, onde o equilíbrio econômico só pode ser conquistado com a intervenção de órgãos reguladores que ditam as regras para o futuro da economia.

A explanação do conceito da variável macroeconômica, o Produto Interno Bruto consiste na medição de valores de mercado dos produtos e serviços gerados no país. E essa valoração dos fatores de produção combinados com os agentes econômicos atuantes, representam o esforço produtivo da economia. O estudo contempla também a história dos seguros no mundo e sua repercussão no Brasil, desde os princípios até os dias atuais. Além disso, trata sobre a regularização do sistema que rege a atuação desse setor produtivo, assim como os órgãos fiscalizadores do sistema financeiro nacional, os quais normatizam a atividade, supervisionam e operam no sistema. Para que a atividade traga veracidade em sua execução, torna-se necessário a presença de órgãos responsáveis para gerir o funcionamento da atividade, e contribuir cada vez mais com sua participação na economia brasileira.

Os seguros no Brasil são uma atividade econômica que mostra potencial de crescimento e evolução na diversidade de produtos existentes para comercialização. O desempenho que este setor alcança no país está conectado com as políticas econômicas executadas em relação a acumulação de capital e o consumo dos produtos existentes na atividade. Visto que, a demanda por proteção de risco está em ascensão, e essa busca é diretamente influenciada por fatores econômicos que ocorrem na economia do país, principalmente quando se tratar de produtos de acumulação e capitalização. A procura por seguros desenvolve a atividade econômica e financeira da nação, por ser uma fonte geradora de poupança e investimentos internos, que permitem a realocação de recursos e geração de riqueza.

Com esse intuito, os principais segmentos de seguros comercializados no país, e o funcionamento da cadeia de operações de seguros, mostram-se fundamentais para entender como esse setor produtivo tem influência da economia. O setor consegue atender os mais diversos nichos de atividades econômicas, órgãos públicos e pessoas físicas, e com isso tem a capacidade de atender quase que a totalidade do sistema. Sendo assim, o setor contribui positivamente com a economia do país, e suas externalidades atuam como um fator de crescimento econômico. Já as externalidades negativas, como as fraudes que não podem ser provadas, geram desafios para o setor e podem ocasionar perdas financeiras, que no contrário provocam uma contração do desenvolvimento do setor.

A atividade seguradora é, em sua totalidade, dependente das variações da economia, e esse setor possui participação ativa e crescente nos resultados econômicos do país, o potencial de crescimento está atrelado às variáveis macroeconômicas que também apresentam variações conforme o desenvolvimento da economia no Brasil. Dentre as variáveis macroeconômicas, o desemprego e a taxa de inflação são os principais fatores que influenciam a demanda por seguros no Brasil.

A partir deste estudo e análise dos mercados, pode-se evidenciar que o mercado segurador brasileiro e sua relação e participação na economia do país, mostrou um setor promissor, mas que apresenta certa resistência para avançar mais em seu desenvolvimento. O setor apresenta constância de crescimento, mas é diretamente afetado com as variações econômicas quando analisado o mercado de seguros em um todo. Já a análise individual de seguros, excluindo a contabilização dos produtos de acumulação e capitalização, a atividade mostra-se estável, com crescimentos pequenos, mas sequenciais.

Dessa forma, objetivo geral do trabalho, o qual consistia em apresentar a relação do mercado de seguros na economia do país e sua contribuição no crescimento econômico, foi atingido integralmente, com a explanação dos dados elencados e as análises realizadas. Pode-se ainda dizer que o crescimento do mercado segurador sofre influência do momento econômico que o país vive, o qual interfere na sua participação na economia.

Contudo, a hipótese principal elencada foi confirmada e descrita no trabalho a qual contempla que o mercado segurador contribui positivamente com a economia do país, visto que com o crescimento dessa atividade econômica, os índices de participação no PIB obtêm alterações positivas. Entretanto, a hipótese de que o crescimento da economia no país, provoca redução no índice de sinistralidade observado no mercado de seguros não pode ser confirmado, pois os valores obtidos com sinistros são relativos e apresenta constante redução a partir do ano de 2015. Esse cenário mostra que o índice de sinistralidade pode estar atrelado ao desenvolvimento do setor, e sua redução depende de outros fatores, não elencados neste trabalho.

Como forma de contribuir para futuros trabalhos relacionados ao setor de seguros no Brasil e a economia brasileira, outras hipóteses podem ser elencadas como a atuação dos responsáveis por desenvolver o setor apresentam soluções atrativas e assertivas que geram a criação de produtos que atendam um mercado específico. Além de poder detalhar a formação atuarial de preços dos produtos comercializados por esse setor e sua inserção no mercado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gustavo Henrique Wanderley de. **Seguros, matemático atuarial e financeira**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Brasília). Acesso à informação do BC. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Brasília). Copom reduz taxa Selic para 4,5% a.a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16924/nota>. Acesso em: 09 set. 2020.

BLANCHARD, OLIVER. **Macroeconomia**. 4ª ed. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2007. E-book (606 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/345/pdf/0?code=etuL1QU02s9127RelmcuhC9OXqEdKwTUjouQXRWC6prxZYDhH+0A/xSZvLFP8NLYB7ePyZrcxhkyz8Sgg9KSbw==>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BORELLI, Elizabeth; STOCCO, Ricardo Saponara. **Disrupção tecnológica: impactos no crescimento do mercado de seguros**. Revista Científica Hermes, vol. 23, 2019, pp. 162-182 Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa Brasil, Brasil.

BRASIL. **Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016**. Estabelece a codificação dos ramos de seguros e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguro, para fins de contabilização. Diário Oficial da União: seção 1, BRASÍLIA, DF, ed 100, p. 26, 27 de mai. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966**. Dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [1966]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0073.htm. Acesso em: 30 out. 2019.

BRUE, S. L.; GRANT, R. R. **História do pensamento econômico**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. E-book (598 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126224/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 18 mar.2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018. E-book (190 p.). Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-valsa-brasileira-do-boom-ao-caos-economico-laura-carvalho-em-pdf-epub-mobi-ouler-online/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CARVALHO, Maria Auxiliador de; LEITE, Cesar Roberto. **Economia Internacional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book (336 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547213763/cfi/352!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CNSEG (Rio de Janeiro). **O que é o resseguro**. Disponível em: <http://www.cnseg.org.br/conheca-a-cnseg/mercado/resseguro/o-que-e-o-resseguro.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

COMEX STAT (Brasília). **Exortação e importação geral (base de dados)**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 01 set. 2020.

CONTADOR, Claudio R. **Economia do Seguro: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2007.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luís Olinto (org.). **Contabilidade Social**. 4 ed. São Paulo: Elsevier, 2013.

FENABER (Rio de Janeiro). **Resseguradoras no Brasil**. Disponível em: <http://fenaber.org.br/index.php/>. Acesso em: 21 de abr. 2020.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. E-book (94 p.). Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/786/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%3%8DFIC%20O.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

GLEISER, Ilan. **A evolução do pensamento econômico: risco e retorno em ciclos econômicos**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. E-book (201 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2298-7/cfi/0!4/2@100:0.00>. Acesso em: 25 mar. 2020.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Tradução de André Arruda Villela]. E-book (504 p.). Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Historia%20do%20Pensamento%20Economico%20-%20E.%20K.%20Hunt.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasília). **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 30 mar. 2020.

IPEADATA (Brasília). **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 12 ago. 2020.

IZIDORO, Cleyton (org.). **Economia e Mercado**. São Paulo: Pearson, 2019. E-book (225 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176632/pdf/3>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MACHADO, Luiz Henrique Mourão (org.). **Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. E-book (125 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35529/pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

MANKIW, N. Gregory; tradução Ana Beatriz Rodrigues. **Macroeconomia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 2018. E-book (428 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2749-4/cfi/6/82!/4/2/42/2@0 :43.0>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: Fundamentos e aplicações**. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2009. E-book (268 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1090/pdf/0>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. E-book (149 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 30 nov. 2019.

NORBIM, L. D.; NORBIM, F. D. **Manual Prático de Seguros no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014. E-book (391 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37865/pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

PADOVEZE, C. L.; FRANCISQUETTI, C. E.; **Contabilidade atuarial: fundamentos, seguros e previdência, contabilização e tributação, noções de cálculo atuarial**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019. E-book (202 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176299/pdf/0?code=5z3u0R8TXjB1/V2Ey7WqAWLEO964QxuyXJpN6RGvYj11Sbea4aB2M4Uug5QDiFgK+kaXVSt1xcRLW/WjsSyl1Q==>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PAIVA, M. S.; CUNHA, G. H. M.; JUNIOR, C. V. N. S.; CONSTANTINO, M. **Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v19n1/1518-7012-inter-19-01-0155.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

PORTAL DO INVESTIDOR (Brasília). **Estrutura do Sistema Financeiro Nacional – SFN**. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/o_mercado_de_valores_brasileiros/Estrutura_Funcionamento.html. Acesso em: 06 abr. 2020.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 2016. E-book (291 p.). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632320/cfi/6/16!/4/2@0:0>. Acesso em 01 mai. 2020.

SMITH, Adam, 1723-1790. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a riqueza e as causas da riqueza das nações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. E-book (672 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182259/epub/0?code=gSn5fq9riI>

[MSb9j4BJDlpZZc1Zy8yhgQGRTCOuCWyl29bgc+DnngGbHDghp0H7lluK1S3xTd7Rx7+U5eAm6FDw==](https://www.susep.gov.br/menu/apresentacao). Acesso em: 11 nov. 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Silney de. **Seguros: contabilidade, atuária e auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2001.

STAIB, D.; CABRAL, C. S. R.; KUBLI, D.; DORNIGG, J. **World insurance: riding out the 2020 pandemic storm**. Swiss RE Institute, Switzerland, 12 jun. 2020. Seguros. Disponível em: <https://www.swissre.com/institute/research/sigma-research.html>. Acesso em: 19 set. 2020.

SUSEP (Brasília). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/apresentacao>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SUSEP. **SISTEMA ESTATISTICO DA SUSEP**. 2020. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx>. Acesso em: 19 set. 2020.

SUSEP. **7º RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS**. 2019. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relatorios-de-analise-e-acompanhamento-dos-mercados-supervisionados>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SUSEP. **8º RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS**. 2020. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relatorios-de-analise-e-acompanhamento-dos-mercados-supervisionados>. Acesso em: 01 jun. 2020.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VIEIRA, Manuel Guedes. **Introdução aos seguros**. Vida Econômica Editorial AS, 2010. E-book (330 p.). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=miQpAwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=seguros&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj5386tPpAhUnGLkGHYcaBAYQ6AEIJzAA#v=onepage&q=seguros&f=false>. Acesso em: 01 mai. 2020.